

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BÁRBARA MENDES CARVALHO

**COP 30 E OS AGENTES SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS REPORTAGENS
DA SUMAÚMA**

**São Borja
2025**

BÁRBARA MENDES CARVALHO

**COP 30 E OS AGENTES SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS REPORTAGENS
DA SUMAÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Alciane Nolibos Baccin

Coorientadora: Josemari Poerschke de
Quevedo

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

CC331c Carvalho , Bárbara Mendes

COP 30 e os agentes sociais: uma análise sobre as
reportagens da Sumaúma / Bárbara Mendes Carvalho .
85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, JORNALISMO, 2025.

"Orientação: Alciane Nolibos Baccin".

1. Agentes sociais. 2. cobertura jornalística. 3. COP 30.
4. Sumaúma. 5. Jornalismo Ambiental. I. Título.

BÁRBARA MENDES CARVALHO

COP 30 E OS AGENTES SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS REPORTAGENS DA SUMAÚMA

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/12/2025.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Alciane Nolibos Baccin

Orientadora

(Unipampa)

Prof^a. Dr^a. Josemari Poerschke de Quevedo

Coorientadora

(Unipampa)

Me. Tuãne dos Santos Araújo

(UFSM)

Prof. Me. Eduardo Vieira da Silva



Assinado eletronicamente por **ALCIANE NOLIBOS BACCIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/12/2025, às 22:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOSEMARI POERSCHKE DE QUEVEDO, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 10/12/2025, às 00:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDUARDO VIEIRA DA SILVA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 15/12/2025, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Tuãne dos Santos Araújo, Usuário Externo**, em 16/12/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1915681** e o código CRC **EC902A1C**.

AGRADECIMENTO

Gostaria de começar agradecendo, aos meus pais, Mônica Cristina Mendes Carvalho e Sérgio Orion Cordeiro Carvalho. Graças ao esforço e cuidado de vocês, essa fase está se concluindo.

Agradeço à minha mãe, Monica Cristina, por suas orações; elas com certeza me guiaram até aqui e por todo o seu esforço. Agradeço ao meu pai por todo o seu trabalho e dedicação, que me proporcionaram momentos tranquilos na cidade de São Borja.

Agradeço aos meus amigos e colegas de profissão: Marina Costa, Elis Regina Madeira, Gustavo Bragança e Danilo Oliveira. Vocês tornaram o trajeto mais leve; obrigada por dividirem comigo tantos momentos.

Às minhas duas amigas Mariana Costa e Elis Regina Madeira, com quem formei um trio inseparável: obrigada por me acolherem, me acompanharem, me ouvirem e por me proporcionarem inúmeros momentos de qualidade.

Aos meus amigos Ana Laura e Gustavo Bragança, vocês foram muito importantes para expandir minhas ambições e o apoio de vocês foi essencial nessa fase. Ao meu amigo Danilo, agradeço por estar sempre presente e por estar sempre disposto a nos ajudar.

Agradeço também à casa que foi lar na cidade de São Borja. A república me uniu com meninas incríveis, compartilhamos diversas experiências, das mais simples às mais loucas. Obrigada, Giovana Vitória, Sofia Bezerra, Maria Fernanda, Luana Escobar, Raquel Ferreira e Karen Alves. Com vocês, tomei os melhores cafés.

Agradeço também ao meu amigo Aníbal Cáceres, que tem me visto crescer e tem me apoiado em cada sonho. Obrigada por, mesmo que longe, se fazer tão presente.

Ao meu amor, Paulo Augusto, agradeço por me apoiar e cuidar de mim. Suas palavras e seu incentivo foram essenciais nessa etapa final.

À minha amiga Aline Amaral, agradeço por ter me acompanhado e me incentivado a viver os sonhos de Deus. Muito obrigada!

E, por último, mas não menos importante, agradeço aos meus professores da Unipampa, especialmente às minhas orientadoras Alciane Baccin e Josemari Poerschke. Agradeço por toda orientação e por toda a ajuda nessa etapa final. Foi um prazer ser aluna de vocês, com vocês aprendi muito.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar quais agentes sociais aparecem nas reportagens sobre a 30ª Conferência das Partes (COP 30), publicadas na plataforma de Jornalismo Sumaúma, suas funções e como a plataforma estrutura as reportagens. A metodologia empregada consistiu em análise de conteúdo, conforme o método proposto por Bardin (2016). Os principais conceitos acionados são os de Agentes Sociais, Jornalismo Científico, Jornalismo Ambiental e Glocal e Reportagem. Os resultados mostram que as quatro reportagens adotam um padrão de estrutura textual que apresenta introdução, contextualização e crítica. As reportagens mantiveram a diversidade de fontes, trazendo uma sequência de agentes institucionais, especialistas e políticos, que destacaram as problemáticas socioambientais, por meio de narrativas que valorizaram os discursos e críticas das comunidades e povos originários. As reportagens evidenciaram a necessidade de o debate climático abrir espaço para os defensores da floresta e mostraram como os discursos políticos se mantêm distantes da realidade da população. Esse enfoque agrega valor para o Jornalismo, especialmente para o Jornalismo Ambiental e para os debates atuais da COP 30, pois reforça a importância dos fatos serem debatidos sobre uma perspectiva social e próxima das comunidades afetadas.

Palavras-chave: Agentes sociais; cobertura jornalística; COP 30; Sumaúma; Jornalismo Ambiental.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es identificar qué agentes sociales aparecen en los reportajes sobre la 30ª Conferencia de las Partes (COP 30), publicados en la plataforma de periodismo Sumaúma, sus funciones y cómo la plataforma estructura los reportajes. La metodología empleada consistió en el análisis de contenido, de acuerdo con el método propuesto por Bardin (2016). Los principales conceptos movilizados son los de Agentes Sociales, Periodismo Científico, Periodismo Ambiental y Glocal, y Reportaje. Los resultados muestran que los cuatro reportajes adoptan un patrón de estructura textual que presenta introducción, contextualización y crítica. Los reportajes mantuvieron la diversidad de fuentes, presentando una secuencia de agentes institucionales, especialistas y políticos, que destacaron las problemáticas socioambientales mediante narrativas que valoraron los discursos y las críticas de las comunidades y de los pueblos originarios. Los reportajes evidenciaron la necesidad de que el debate climático abra espacio a los defensores del bosque y mostraron cómo los discursos políticos se mantienen alejados de la realidad de la población. Este enfoque agrega valor al periodismo, especialmente al Periodismo Ambiental y a los debates actuales de la COP 30, ya que refuerza la importancia de que los hechos sean debatidos desde una perspectiva social y cercana a las comunidades afectadas.

Palabras clave: Agentes sociales; cobertura periodística; COP 30; Sumaúma; Periodismo Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trecho Mary Allegretti.....	45
Figura 2 - Trecho Ministra Marina Silva.....	46
Figura 3 - Trecho 1 de Sineia do Vale.....	47
Figura 4 - Trecho fonte especializada	48
Figura 5 - Trecho Comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará	48
Figura 6 - Trecho Ronaldo.....	49
Figura 7 - Trecho 1 de Alessandra Korap.....	49
Figura 8 - Trecho 1 Cleidiane Vieira.....	50
Figura 9 - Trecho Gerson e Leila.....	50
Figura 10 - Trecho Dadá Borari.....	54
Figura 11 - Trecho 2 de Alessandra Korap.....	55
Figura 12 - Trecho Conceição Holanda.....	55
Figura 13 - Trecho 1 Poró Borari e 1 Lídia Borari	56
Figura 14 - Trecho 2 Lídia Borari.....	56
Figura 15 - Trecho 2 de Poró Borari.....	57
Figura 16 - Trecho do primeiro comentário sobre o levante.....	57
Figura 17 - Trecho em que o governador muda de posicionamento.....	58
Figura 18 - Trecho que evidencia discursos contraditórios.....	58
Figura 19 - Trecho Salomão Hage.....	58
Figura 20 - Trecho Auricelia.....	59
Figura 21 - Trecho 2 Auricelia.....	59
Figura 22 - Trecho Bruno Malheiro.....	60
Figura 23 - Trecho Margareth Mayatapu.....	60
Figura 24 - Trecho Mauricio Terena.....	61
Figura 25 - Trecho 2 Cleidiane Vieira.....	64
Figura 26 - Trecho 3 Cleidiane.....	64
Figura 27 - Trecho Caetano.....	65
Figura 28 - Trecho Marcela Vecchione.....	65
Figura 29 - Trecho 2 de Sineia do Vale.....	66
Figura 30 - Dinaman Tuxá.....	66
Figura 31 - G9 da Amazônia.....	67

Figura 32 - Trecho Toya.....	67
Figura 33 - Trecho Angélica Mendes.....	68
Figura 34 - Trecho Kátia Penha e José Absalón.....	68
Figura 35 - Trecho Walter Limache.....	69
Figura 36 - Trecho 1 de Claudelice.....	69
Figura 37 - Trecho 2 de Claudelice.....	70
Figura 38 - Trecho de Waleska Queiroz.....	70
Figura 39 - Trecho 1 de André Farias.....	73
Figura 40 - Trecho de Ana Modesto.....	74
Figura 41 - Trecho 1 da Secretaria de Obras.....	74
Figura 42 - Trecho do município de Belém e da Associação dos Moradores do Conjunto Médici.....	75
Figura 43 -Trecho 1 do governo do Pará.....	75
Figura 44 - Trecho do Arthur.....	76
Figura 45 - Trecho de Angela Gemaque.....	76
Figura 46 - Trecho Secretaria de Meio Ambiente.....	77
Figura 47 - Trecho Cândido Ferreira.....	77
Figura 48 - Trecho COP do Povo.....	78
Figura 49 - Trecho 2 da Secretaria de Obras e Ida Martins.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação das quatro reportagens.....	39
Tabela 2 – Classificação dos agentes de acordo com o grupo de fontes na Reportagem 1..	41
Tabela 3 – Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 1.....	42
Tabela 4 – Classificação dos Agentes de acordo com o grupo de fontes da Reportagem 2..	52
Tabela 5 – Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 2	53
Tabela 6 – Classificação dos Agentes de acordo com o grupo de fontes da Reportagem 3..	62
Tabela 7 – Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 3.....	62
Tabela 8 – Classificação dos agentes de acordo com o grupo de fontes da Reportagem 4..	71
Tabela 9 – Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 4.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COP	Conferência das Partes
UNFCCC	Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
NEJ-RS	Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul
LEAF	Reduzindo Emissões pela Aceleração do Financiamento Florestal
OXFAM	Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
LGBTQIA +	Lésbicas, Gays, Bisssexuais, Transgeneros, Queer, Intersexuais, Assesuais e outros.
SINTEPP	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
CITA	Conselho Indígena de Tapajós
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará
MAB	Movimento dos Atingidos pela Barragem
ONGs	Organizações Não Governamentais
UFPA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
G9	G9 da Amazônia
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
FOSPA	Forúm Social Pan - Americano
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
SOMEI	Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	17
2.1 Sumaúma	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 Jornalismo Especializado	22
3.1.1 Jornalismo Científico	23
3.1.2 Jornalismo Ambiental	25
3.2 Sumaúma e Jornalismo Glocal	28
3.3 Jornalismo Independente	30
3.4 Agentes Sociais e Fontes: Pistas A Seguir	32
3.5 Reportagem	35
4. ANÁLISE	39
4.1 A Cop entrega o futuro do planeta ao mercado	40
4.1.1 Agentes sociais e funções	40
4.1.2 Estrutura da reportagem	44
4.2 Cop 30: O levante Indígena que enfrenta Helder Barbalho	51
4.2.1 Agentes Sociais e Funções	52
4.2.2 Estrutura da Reportagem	53
4.3 Diplomatas da floresta lutam para conquistar um lugar no centro do debate	61
4.3.1 Agentes sociais e funções	62
4.3.2 Estrutura da Reportagem	63
4.4 Árvores fakes são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a Cop 30	71
4.4.1 Agentes sociais e funções	71
4.4.2 Estrutura da Reportagem	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), que chegou à sua 30ª edição e pela primeira vez foi sediada no Brasil, em novembro de 2025, reunindo atenção da imprensa de todo o mundo. A COP 30 aconteceu em Belém, no estado do Pará, e contou com mais de 56 mil participantes, incluindo líderes e figuras políticas, como o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, e o príncipe William¹.

O evento aborda temas com enfoque nas medidas que devem ser tomadas para a preservação do planeta e bem-estar da população numa escala global e conta com a participação de mais de 190 países. O objetivo foi falar da necessária busca da diminuição da temperatura. E o que uma COP no Brasil representa para o Jornalismo? A cobertura jornalística possui um papel importante ao informar as principais decisões e acordos que envolvem as negociações mundiais para impedir o avanço do aquecimento global.

A COP 30 consiste em uma conferência de partes, ou seja, de países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), como esclarecido no site oficial do governo sobre a COP 30². Os principais temas discutidos foram: redução de emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças climáticas, financiamento climático para países em desenvolvimento, tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono, preservação de florestas e biodiversidade e justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas.

Essa proposta de pesquisa se justifica pelo fato de a COP acontecer pela primeira vez no Brasil, berço de 60% da floresta Amazônica, considerada a maior floresta tropical do mundo³ e concentrar as atenções do Jornalismo, especialmente veículos especializados. Nosso intuito é analisar as reportagens produzidas pela plataforma de Jornalismo Sumaúma, um veículo independente e relativamente novo; seu enfoque é trazer temas de relevância ambiental que envolvam a população brasileira e as comunidades da floresta, numa abordagem diferenciada.

A partir da análise das reportagens sobre a Conferência das Nações Unidas na Sumaúma podemos observar quais foram os principais temas e o compromisso da

¹ Ver mais em: [G1 - Líderes posam para foto de família na cúpula pré-Cop 30](#)

² Ver mais em: <https://cop30.br/pt-br>

³ Ver mais em: [Entenda o que é a Floresta Amazônica e por quais países se estendem além do Brasil](#)

plataforma com a informação ao abordar assuntos de relevância social e política, com o objetivo de evidenciar o acionamento de fontes ou agentes sociais na estrutura da reportagem, observando detalhes característicos do gênero e da plataforma. Embora o tema desta pesquisa aborde a 30ª Conferência das Partes (COP), evento internacional voltado às discussões e aos acordos sobre as mudanças climáticas, destacando sua realização pela primeira vez no Brasil, o foco é direcionado especificamente à análise dos agentes sociais acionados nas reportagens. Eles possuem um papel de extrema importância exercida por meio dos seus posicionamentos, em que podemos observar os diferentes contextos sociais e ambientais. A partir disso, a pesquisa ressalta como o veículo estruturou suas reportagens ao destacar discursos de referências associados a esferas políticas, órgãos políticos e empresas que atuam na área ambiental. Assim, o estudo propõe explorar o modo como a plataforma apresenta as vozes dos agentes envolvidos nas discussões sobre a COP 30, além de analisar a classificação proposta para as reportagens. Diante disso, nos propomos a responder às seguintes questões: há pluralidade de vozes nas reportagens? Quais agentes sociais contribuem para a compreensão da temática e qual a função deles nas reportagens da plataforma Sumaúma sobre a COP 30?

A partir desses questionamentos, o trabalho objetiva compreender como os agentes sociais contribuem para a compreensão dos temas debatidos na COP 30 na plataforma Sumaúma. Para alcançarmos esse objetivo geral, traçamos alguns objetivos específicos:

- a) Identificar quais são os agentes sociais que são acionados nas reportagens;
- b) Verificar as funções desempenhadas pelos agentes sociais na estrutura da reportagem;
- c) Compreender como o site da Sumaúma estrutura suas reportagens com referências a figuras políticas, órgãos políticos e empresas que atuam na área ambiental, para evidenciar o impacto e a influência de seus discursos sobre a 30ª edição da Conferência das Nações Unidas.

Partindo disso, a escolha do tema relacionado à COP 30 e aos agentes sociais se justifica pela relevância que a 30ª Conferência das Partes possui ao se tornar uma pauta abordada pelo Jornalismo brasileiro, pois é uma temática que envolve todos os seres humanos, do mundo inteiro, despertando interesse na imprensa mundial também.

A escolha da plataforma Sumaúma se deve a uma cobertura especializada e crítica, buscando despertar interesse da população e de autoridades sobre a pauta climática do mundo. Também vale destacar que este trabalho destaca a importância dos agentes sociais/fontes que são considerados peças-chave nas reportagens selecionadas.

Assim, essa pesquisa seguiu um trajeto metodológico baseado na pesquisa exploratória e bibliográfica, que contribuíram para o aprofundamento das quatro reportagens analisadas. Utilizamos artigos, livros e sites da internet para construirmos o nosso referencial teórico, baseado nos conceitos de Jornalismo Especializado, Científico, Ambiental, Glocal, Independente, agentes sociais e reportagens.

Esses conceitos estão presentes na estrutura da pesquisa, que está organizada da seguinte maneira: metodologia, referencial teórico e análise dos agentes sociais e funções, estrutura da reportagem, análise e conclusão. Na etapa da análise, utilizamos o método de conteúdo proposto por Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Os resultados dessa pesquisa auxiliam a área de Ciências Sociais e Humanas e ajudam as comunidades a compreender as inúmeras informações que rodeiam o evento a partir do acompanhamento dos fatos que precederam a COP 30.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa utiliza uma abordagem exploratória e bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a análise das reportagens da plataforma de Jornalismo Independente Sumaúma, por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por (Bardin, 2016). Inicialmente foram coletadas 12 matérias, incluindo vários gêneros jornalísticos sobre a realização da COP 30 no Brasil; entretanto, ao longo da pesquisa, optamos por analisar um recorte preciso de quatro reportagens, do período de dezembro de 2024 a abril de 2025, por considerarmos que esse gênero apresenta uma riqueza jornalística maior, como apresentaremos mais para a frente. Esse período de análise se deu por ser o recorte preciso de reportagens que trazem pautas e informações que sucedem a COP 30. Esse período de análise também acompanha o tempo de produção do projeto. O material foi pré-selecionado, a partir de uma busca que identifica os agentes sociais e permite compreender como eles são acionados. Essa etapa da pesquisa seguiu as duas primeiras fases do método de organização de análise, proposto por Bardin (2016): a pré-análise e a exploração do material.

A pré-análise corresponde ao momento em que o material passa por uma organização inicial, com sistematização das ideias e o estabelecimento de um plano preliminar de análise. Iniciamos com o primeiro estágio da pré-análise e realizamos a leitura flutuante, que consistiu na seleção de todo o material disponível na plataforma que mencionasse a COP 30. Nesse processo exploramos o site e observamos o enfoque e abordagens estabelecidas ao estruturar as matérias, como explica Bardin (2016):

A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura "flutuante" por analogia com a atitude do psicanalista. (Bardin, 2016, p. 64)

Na sequência, executamos a escolha dos documentos, etapa que corresponde ao segundo estágio da pré-análise (Bardin, 2016). Nesse momento, ampliamos a análise a partir dos padrões observados, destacando o estilo das reportagens, suas características e a profundidade com que abordaram a temática da COP 30.

Para dar início ao percurso de pesquisa, estabelecemos uma aproximação conceitual do referencial teórico (Gil, 2002). Por meio da busca exploratória, obtivemos também um conhecimento mais amplo dos fatores associados às reportagens da

plataforma Sumaúma, além de reunir dados com influência e relevância no recorte temporal de análise e de acordo com nossa pergunta de investigação. Como destaca o autor Antônio Carlos Gil, essa etapa é fundamental para o pesquisador, pois proporciona um conhecimento inicial do tema explorado (Gil, 2002)

Esta etapa representa um período de investigação informal e relativamente livre, no qual o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa. Constitui, portanto, uma etapa cujo objetivo é o de descobrir o que as variáveis significativas parecem ser na situação e que tipos de instrumentos podem ser usados para obter as medidas necessárias ao estudo final (Gil, 2002, p. 130).

Outra característica importante da pesquisa exploratória é o fato de ela se encaixar no nosso modelo de análise, pois trabalhamos com a abordagem de um assunto relativamente novo na Comunicação, especialmente no Jornalismo, tendo em vista a exclusividade do evento COP 30, que ocorre pela primeira vez em solo brasileiro e pela sua importância política, ambiental e social no aspecto global. Buscamos também entender os grupos e comunidades que se integram a este acontecimento, considerando sua relevância para a população brasileira. A questão de exclusividade da pesquisa é explicada por Antônio Gil (2008):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil, 2008, p.27).

Ao retomarmos a Análise de Conteúdo, evoluímos para o segundo estágio do método de organização: a exploração do material, que corresponde ao processo de resolução ou decodificação do material (Bardin, 2016). Nessa etapa, aplicamos o protocolo de coleta, que classificou as reportagens a partir da data; título; agente primário e sua função na matéria.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o intuito de consolidar nosso estudo por meio da leitura dos textos que abordam o tema. O referencial teórico é construído a partir de artigos, livros e sites da internet, estruturando-se em conceitos de Jornalismo Especializado, Jornalismo Científico, Jornalismo Ambiental, Jornalismo Independente, Jornalismo Glocal, estrutura da reportagem e as fontes/agentes sociais.

Gil (2002) distingue o papel que a pesquisa bibliográfica assume na investigação de cunho exploratório, principalmente por permitir a análise de diferentes posições acerca de um problema. Essa etapa se mostra relevante e essencial para traçar um percurso de investigação a partir de materiais já elaborados.

Ao final desse percurso, alcançamos a terceira e última fase da Análise de Conteúdo: a interpretação dos resultados, etapa que se refere ao tratamento, interferência e interpretação dos resultados, buscando analisar os resultados brutos a partir do olhar pesquisador.

No desenvolvimento da pesquisa, não delimitamos o estudo a partir de uma certeza, mas buscamos abrir passagem para uma análise crítica da situação que interliga Comunicação e Jornalismo. Sampaio (2021) descreve essa fase como um esclarecimento dos processos do trabalho científico.

Sob essa perspectiva, vale esclarecer que a natureza de um trabalho científico não se baseia no quão “verdadeiros” ou “corretos” são seus resultados produzidos, mas na capacidade desses resultados advirem de uma checagem crítica de hipóteses e, oportuno frisar, na possibilidade mesma de tais resultados serem revistos por outros estudos e esforços de pesquisa. (Sampaio, 2021, p. 29)

Ao aplicar a análise de conteúdo, traçamos um caminho de descobertas por meio dos materiais coletados. Esse processo é importante para o aprofundamento em novos conhecimentos ao longo da pesquisa. Bardin (2016) exemplifica com uma metáfora essa etapa final a partir do ponto do pesquisador e também dos seus materiais alcançados.

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os "documentos" que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles (Bardin, 2016, p. 23).

Nossa pesquisa destaca uma temática de relevância, almejando trazer resultados que possam ser revistos, podendo fazer parte de outras pesquisas, como um auxílio para novas discussões, como aponta Bardin (2016, p.67-68):

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos — ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de

inferências alcançadas podem servir de base a outra análise, disposta em torno de novas dimensões teóricas ou praticada graças a técnicas diferentes. (Bardin, 2016, p. 67-69)

Dessa forma, os resultados não apenas respondem à pergunta e aos objetivos da pesquisa, mas também dão abertura para uma nova visão sobre a temática, contribuindo para a área da Comunicação e do Jornalismo.

2.1 Sumaúma

“Sumaúma: Jornalismo do Centro do Mundo” é um portal de notícias que também se comunica por meio de newsletter, criado em setembro de 2022, tendo a sua sede na cidade de Altamira, estado do Pará. A plataforma surgiu com o intuito de trazer uma narrativa diferente, sendo uma resposta à emergência climática e à extinção de espécies, após as crises ambientais. Sua intenção é utilizar o Jornalismo para provocar uma diferença na geração atual e nas futuras gerações, posicionando-se ao lado de povos das florestas, assumindo um compromisso de abordar narrativas significativas com proximidade ao pensamento indígena e à ciência climática.

A plataforma tem o nome inspirado em uma das árvores mais importantes da fauna amazônica, tendo um significado profundo na comunidade indígena com ligação direta com o propósito do projeto, de contar histórias dos povos da floresta, utilizando a ciência climática em conjunto com o pensamento dos povos indígenas. Assim, essas intenções geraram o manifesto do veículo: “Essa é uma abordagem baseada tanto na ciência climática de ponta quanto no pensamento indígena tradicional”, segundo a apresentação realizada no site, chamada “Manifesto” da Sumaúma.

O site Sumaúma - Jornalismo do Centro do Mundo relata seu histórico e descreve sua real intenção ao realizar suas produções jornalísticas com o propósito de fazer alguma diferença no contexto climático alarmante atual. Após os avanços das queimadas, aquecimento global, ondas de calor e secas.

Inicialmente, o projeto Sumaúma surgiu com newsletter quinzenal em três línguas (português, inglês e espanhol), ampliando as produções após receber maiores apoios. A iniciativa partiu da jornalista e escritora Eliane Brum, uma das profissionais de Comunicação brasileira mais premiada, que já acumula mais de quarenta distinções. Em entrevista concedida à revista *Cândido*, Brum⁴ relembra o início da sua jornada

⁴Governo do Paraná. 2020. Disponível: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Eliane-Brum>

profissional, destacando sua predileção por retratar histórias pouco convencionais com personagens invisibilizados.

O jornalista e escritor britânico Jonathan Watts também é responsável pelo projeto. Foi editor de meio ambiente do jornal britânico *The Guardian* e correspondente desta publicação no Japão, na China e na América Latina (Brum, 2024). A equipe também é composta pelas jornalistas Verônica Goyzueta, Talita Bedinelli e Carla Jimenez, em parceria com a rede de comunicadores indígenas da Rede Wayuri, tendo sua newsletter em áudio produzida por Elizângela Baré.

A plataforma Sumaúma trabalha exclusivamente com Jornalismo Ambiental trazendo suas narrativas diretamente da região da Amazônia, local que sofre com diversos crimes ambientais que atingem a população e as comunidades da região, as quais enfrentam constantes disputas políticas e por território.

Essa plataforma ganhou projeção devido a diversos estudos que vêm abordando suas produções. Como exemplo, há a pesquisa acadêmica, apresentada no 8º Seminário Comunicação e Territorialidades sobre os “Direitos da natureza: Elementos do Jornalismo Literário como dispositivo de Ativismo Ambiental no Jornal Independente Sumaúma”, de Ana Carolina Poleze Messias, publicada em 2023. A pesquisa realizada identifica e explica o desenvolvimento do Jornalismo Literário em seis reportagens da plataforma Sumaúma. Já outro estudo, intitulado “Rádio Sumaúma – análise do jornalismo ambiental em mídia sonora”, de autoria de Maurício Aguiar e Daniela Cristiane Ota, publicado em 2023, aborda como o podcast Rádio Sumaúma atua como ferramenta de Jornalismo Ambiental e Independente em mídia sonora. No entanto, nenhum trabalho ainda se debruçou sobre os estudos do tipo de fonte/agentes sociais que estruturam suas reportagens, menos ainda relacionados a um momento tão relevante como foi a COP 30.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo seguinte apresenta o referencial teórico. Nesta etapa são apresentados os conceitos que dialogam diretamente com a pesquisa, especialmente com a plataforma Sumaúma e com as quatro reportagens analisadas. O capítulo apresenta os conceitos de Jornalismo Especializado, Jornalismo Científico, Jornalismo Glocal, além da definição de agentes sociais/fontes e do conceito de reportagem.

3.1 Jornalismo Especializado

Para sustentar a discussão da nossa pesquisa, este subcapítulo traz conceitos importantes para aprofundar nossa análise. O conceito de Jornalismo Especializado inclui as vertentes de Jornalismo Científico e Ambiental, essenciais para compreender as perspectivas sociais e ambientais, assim como a dinâmica das coberturas climáticas.

O Jornalismo Especializado foi estabelecido a partir de uma adaptação comunicacional que altera e modifica a imagem do jornalista (Abiahy, 2013). A especificação do Jornalismo amplia as práticas jornalísticas e dita um novo método de abordagem e dever com a informação, abandonando o perfil restrito e direto ao entregar as notícias aos leitores, sobre diversos gêneros. Segundo Tavares (2009, p. 118), essa caracterização é comum devido ao trabalho com jornais impressos: “Antes, o jornalismo impresso – principalmente o diário – falava de forma especializada sobre o mundo, mas dentro de uma lógica que se apoiava, basicamente, em dois preceitos: o da cobertura sobre os fatos e o do texto de “informação pura”.

O Jornalismo Especializado surge devido a inúmeras necessidades, após crises no final da década de 1960 e início de 1970 com o surgimento do rádio e, em seguida, da televisão, além de crises externas que consequentemente marcaram sua solidificação (Tavares, 2009).

Após essas adaptações na comunicação, surge uma necessidade de acompanhar o público; o intuito é entregar informações mais profundas e complexas de temas relevantes para as comunidades, mantendo o compromisso e profissionalismo ao apresentar uma nova face do conhecimento sem perder a seriedade (Tavares, 2012).

Outra característica determinante para o Jornalismo ganhar uma nova estrutura são os progressos tecnológicos e científicos do século XX, os quais exigem uma nova demanda

para os profissionais de comunicação, decorrente dos fluxos informáticos que bombardeiam a sociedade (Moral, 2004).

O jornalista especializado, além de se aprofundar em diversas áreas, deve seguir metas que surgem com o intuito de trazer propriedade ao Jornalismo. Nesse sentido, Frederico de Mello Brandão Tavares (2012, p. 104), ao citar Amparo Tuñón, afirma que o profissional

Deve cumprir uma série de objetivos:

1. Ampliar o conceito de atualidade jornalística;
2. Servir como canal entre os especialistas e o público;
3. Aprofundar-se na elaboração de fenômenos sociais atuais e novos;
4. Aumentar a credibilidade dos meios e dos profissionais;
5. Melhorar a qualidade da informação jornalística como uma modalidade de informação social cuja finalidade é a transmissão de conhecimentos e saberes sobre os fatos mais significativos da realidade social;
6. Promover o interesse jornalístico como forma de aumentar a curiosidade pelo conhecimento da sociedade;
7. Possibilitar que a cidadania aborda conhecimentos complexos;
8. Ampliar e democratizar a cultura;
9. Substituir, na medida do possível, a figura do colaborador especialista pela do jornalista especializado. (Tuñón apud Tavares, 2012 p.104)

Essa visão é de extrema importância para notarmos as dimensões que o Jornalismo Especializado vai alcançar. O seu impacto é tão significativo que abre novas vertentes para as áreas jornalísticas à medida que os profissionais se especializam, surgindo novos conceitos para o Jornalismo. Esse processo é essencial para a comunicação, como é o caso de Jornalismo Científico e Ambiental que vamos explorar a seguir.

3.1.1 Jornalismo Científico

O Jornalismo Científico surge interligado com o Jornalismo Especializado, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia, áreas as quais se avançaram de maneira rápida. A partir desses avanços, ocorre a necessidade de uma especialização que contribui para a propagação do conhecimento. O Jornalismo Científico se desenvolve como um mediador entre a ciência e a sociedade, com o intuito de popularizar a ciência, auxiliando o público a entender as descobertas científicas e tecnológicas e como afetam o cotidiano (Lima, 2008).

Para Wilson Bueno (1985), o Jornalismo Científico pode ser conceituado dentro de um processo social, em conjunto com condições que são determinantes para o seu desenvolvimento:

Podemos conceituar o Jornalismo Científico como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividade (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (Bueno, 1985, p. 1422).

Ao se tratar de divulgação científica, a distribuição de informações não se limita apenas à imprensa, tem relação com todo e qualquer meio de informação científica, seja em jornais, revistas, livros didáticos, aulas de científicas, tratando-se de informações que atravessam as limitações de linguagem e constroem conhecimento para a população (Bueno, 1985).

Quando falamos da distribuição da informação por meio do Jornalismo Científico, devemos levar em consideração o propósito da mensagem, afinal o Jornalismo Científico busca cumprir objetivos importantes ao trabalhar as notícias.

Bueno (1985) exemplifica os principais objetivos do Jornalismo Científico por meio de cinco funções básicas: informativa, educativa, social, cultural e econômica.

A função informativa é uma característica padrão do Jornalismo; esse processo se refere à conceitualização da área científica e, a partir disso, à divulgação e apresentação do fato para o cidadão comum. De modo semelhante, a função educativa também segue uma característica padrão, mas a função está interligada com a contribuição do conhecimento. Na função social, o intuito é apresentar os fatos de modo que a população entenda num contexto mais amplo, apresentando a ciência de modo mais humanizado.

A função cultural está relacionada a uma causa de maior repercussão, pois, por meio do Jornalismo Científico, é possível trabalhar em benefício da preservação da cultura nacional. Já a função econômica está relacionada ao setor produtivo da área, em que a divulgação contribuiu para uma atenção especial de pessoas que continuam para o avanço tecnológico e científico. As funções básicas do Jornalismo Científico são aplicadas em diferentes contextos e diferentes espaços numa linguagem mais dinâmica com temas e pautas de importância sociocultural, chegando ao público de maneira clara, cumprindo, além da sua definição primária.

3.1.2 Jornalismo Ambiental

O Jornalismo Ambiental surgiu no Brasil a partir do século XX, no final da década de 1980, inicialmente como uma vertente do Jornalismo Científico após haver a necessidade de profissionais especializados para cobrir um dos maiores eventos relacionados a temas de desenvolvimento e meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A Cúpula da Terra foi a conferência realizada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1992 para abordar temas referentes ao desenvolvimento sustentável. Anteriormente ao evento, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) organizou um seminário para capacitar os profissionais da área e debater as novas demandas (Girardi, 2020).

Eventos e cursos preparatórios realizados pelo país antes e depois do encontro diplomático internacional ajudaram a consolidar essa especialização fortemente influenciada pelo Jornalismo Científico e pelo movimento ambientalista. Na época da Conferência do Rio, quando a especialização em temas relacionados ao ambiente se consolidou no Jornalismo brasileiro, dois termos eram usados no Brasil para a denominação do profissional que atuava nessa nova área: jornalista ambiental e ecojornalista (Girardi, 2020, p. 282).

Em Brasília, entre 27 e 30 de novembro de 1989, foi realizada a primeira especialização de jornalistas para abordar essa temática. Esse processo concretizou a criação da área do Jornalismo Ambiental, além de implementar núcleos em alguns estados do país que impulsionaram a causa ambiental. O Rio Grande do Sul é o único estado que teve progresso desde a sua criação, com a fundação do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ-RS, que está em ação até a atualidade, como relata Girardi (2018).

No final dos anos 1980, as atenções do mundo se voltavam para a realização da Rio-92. De maneira a preparar os jornalistas para a cobertura do grande evento, foi realizado em Brasília um Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) entre 27 e 30 de novembro de 1989. Um dos resultados do encontro foi a recomendação para a criação de núcleos de Jornalismo Ambiental nos estados, visando ao estímulo da discussão sobre a qualificação dos profissionais para a cobertura da Rio-92. Criaram-se núcleos em alguns estados, mas o do Rio Grande do Sul, Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ-RS, foi o único que prosperou e está em ação até a atualidade. Desde sua criação, o NEJ-RS teve como principal bandeira conquistar os jornalistas para a causa ambiental e qualificar a cobertura nessa temática (Girardi, 2018, p.14).

O Jornalismo Ambiental se caracteriza com especificidades e diferenças em relação a outras práticas jornalísticas, além de empenhar uma série de funções. Wilson Bueno (2007) exemplifica três funções essenciais: 1) a função informativa; 2) a função pedagógica e 3) a função política. De acordo com Wilson Bueno (2007):

1) A função informativa está relacionada à necessidade do cidadão estar em dia com os acontecimentos cotidianos, colocando a par quais acontecimentos têm ligação com o tema, sejam ações diretas determinadas por hábitos, por exemplo, ou processos numa perspectiva mais abrangente, como efeito estufa, poluição e contaminações, por exemplo. Também destaca possíveis modelos que beneficiem o desenvolvimento, os quais possam fornecer uma qualidade de vida. 2) A função pedagógica exemplifica e explica as causas e possíveis soluções dos problemas ambientais, podendo também fornecer uma rota alternativa, implicando o Jornalismo de Solução, com a participação dos cidadãos. 3) A função política, exemplificada no sentido amplo, preenche o papel de incentivar, por meio de conhecimentos e saberes, uma mobilização dos cidadãos frente aos interesses que agravam as questões ambientais, incluindo juntamente os papéis que empresas e setores têm constantemente alterado e prejudicado o meio ambiente por questões econômicas.

Essas funções são utilizadas para formar uma narrativa de fácil compreensão para qualquer público, sem distinção de entendimento, que alcance as distintas classes: produtor rural, cidadão comum, grupos sociais e até mesmo figuras públicas ou agentes sociais de grande destaque. Principalmente por abordar temas que vão além do impacto ambiental, mas também afetam o social e o econômico.

Wilson (2007) destaca como percebemos o espaço e o processo que as pautas ambientais ocupam, ressaltando sua função primária, que é o Jornalismo.

O Jornalismo Ambiental segue o processo tradicional do Jornalismo: captação, produção, edição e circulação de informações, produzido por profissionais da área. Sua distribuição ocorre em matérias, colunas, editorias, cadernos e em veículos da mídia em massa, os quais tenham direcionamento exclusivamente ambiental.

Antes de ganhar sua definição separada do Jornalismo Científico, o Jornalismo Ambiental passou por debates até se consagrar e ganhar o seu espaço, especialmente por ser uma especialização importante com mais de 30 anos de pesquisas e discussões; entretanto, isso não delimitou a abrangência da área. Apesar das suas mudanças até o momento atual, ele tem se sustentado por suas abordagens e complexidade e também

tem sido defendido como um segmento de Jornalismo Especializado, principalmente pelos seus traços nas coberturas ambientais, ao aplicar a pesquisa, buscar o aprofundamento, inovar em linguagem e envolver profissionais especializados, conforme esclarece Girardi (2018):

Independentemente de como chamamos ou conhecemos, o Jornalismo que cobre meio ambiente pode ser entendido como uma especialização, diferente do Jornalismo segmentado, que leva em consideração mais o público e seus nichos (segmentos). O jornalismo especializado pode ser entendido como aquele que aborda com complexidade determinado tema, tendo como atributos: foco, aprofundamento, linguagem diferenciada e profissionais especializados (Girardi, 2018, p.282).

O Jornalismo Ambiental, ao ser sistematizado e aplicado nas pautas e produções jornalísticas, segue uma linha de necessidades para ser mantido com profissionalismo, principalmente por abranger uma temática de relevância para a sociedade. A postura dos profissionais, ao apurar a pauta ambiental e a estruturação das informações, não se aplica na cobertura factual, pois há necessidade de uma pluralidade de fontes, uma série de pesquisas e de um aprofundamento ao ser aplicado, segundo Girardi (2020).

Ser sistêmico, na prática, significa que o repórter precisa perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções. Daí também a necessidade de uma diversidade de fontes. A cobertura factual, no entanto, não dá conta dessa pluralidade de vozes e de uma visão sistêmica. Por isso, o Jornalismo Ambiental prescrito deve ser praticado por meio de reportagens em profundidade. Ele aparentemente não seria possível, portanto, no noticiário fragmentado do Jornalismo diário – ou dependeria de uma frequência de publicações que ainda não é vista como suficiente (Girardi, 2020, p.283).

Partindo de conceitos sistemáticos, essa especialidade do Jornalismo abrange problemas sociais justamente por agregar em sua aplicação funções que têm ligação com a utilidade pública. Entretanto, ao ir para o mundo “real”, pode perder sua essência plena. O Jornalismo Ambiental, ao assumir suas particularidades, não se limita a distribuir as informações, pois se trata de um conjunto de saberes com forte e útil influência de conhecimentos tradicionais, bem como relata Wilson Bueno (2007):

É preciso deixar claro, de imediato, que o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais (Bueno, 2007, p. 36).

Além do mais, as mídias tradicionais ou grandes veículos de massa tendem a ignorar as singularidades e propósito do Jornalismo Ambiental, que tem como missão criar consciência e despertar mobilizações dos diretamente e indiretamente afetados. Podendo muitas vezes ser comercializado com pequenos fragmentos, propagado com marketing ou propaganda que insinua uma utilidade.

Mídias conservadoras e comunicadores desavisados tendem, muitas vezes, a ignorar as raízes do Jornalismo Ambiental, sua disposição irrecusável para a mobilização e para o despertar de consciências, tentando torná-lo refém de ações mercadológicas ou empresariais e interesses políticos. Confundem Jornalismo Ambiental com marketing verde ou ecopropaganda, termos e práticas que se situam não apenas em campos conceituais e epistemológicos distintos, mas que estão atrelados a compromissos de outra ordem (Bueno, 2007, p.36)

O Jornalismo Ambiental tem cumprido um papel essencial na sociedade quando seguido à risca. Atualmente, ele tem sido um grande amparo para as coberturas jornalísticas, com notícias aprofundadas a respeito das catástrofes ambientais, já que esses assuntos têm despertado o interesse do público. Esse interesse tem surgido devido aos inúmeros desastres ambientais que o mundo tem presenciado, envolvendo principalmente populações vulneráveis e grupos que são afetados diretamente. Essas apurações jornalísticas possuem um impacto significativo ao serem relatadas com seriedade e responsabilidade.

3.2 Sumaúma e Jornalismo Glocal

A plataforma de Jornalismo Sumaúma, fonte primária da nossa pesquisa, atua com eventos da Região Norte, surgindo como identificação para as comunidades presentes na localidade. Entretanto, a Sumaúma destaca e aborda assuntos de relevância para a região Amazônica, território que desperta interesse nacional e internacional.

Diante disso, devemos destacar um conceito trabalhado na Comunicação e especificamente no Jornalismo, a ideia de Jornalismo glocal, que debate pautas de relevância regional, local e global a partir da delimitação geográfica.

Soares (2014) especifica o conceito na área comunicacional, observando as relações discursivas em regiões:

(..) no estudo comunicacional (o jornalismo global, *grifo nosso*) visa estabelecer relações discursivas entre as esferas locais e globais, bem como analisar a distribuição das informações nesses ambientes e a atribuição de relevância aos fatos ocorridos em diferentes espaços (sem se esquecer da insignificância dada a determinados acontecimentos, mas isso está muito mais ligado a critérios de noticiabilidade do que ao ambiente particular ou universal onde se sucedem os fatos) (Soares, 2014, p.4).

O conceito de glocal cresce a partir do impulso da globalização, ideia inaugurada no século XX pelo sociólogo inglês Roland Robertson, o qual se refere à globalização como uma “compressão do mundo”, destacando os eventos que interconectam diferentes partes do mundo (Costa Junior, 2016). No campo jornalístico, esse conceito é mais visível quando percebemos a pluralidade de informações, numa linha estrutural de priorizar assuntos de interesse local sem esquecer dos assuntos de relevância nacional e global (Santos; Rocha, 2017).

Quando tratamos de acontecimentos locais, trazemos os diferentes aspectos que esse conceito trabalha, o qual ganha maior aprofundamento em pesquisas, na metade do século XIX.

O Jornalismo local e regional se expande ao tratar questões históricas e culturais. Fundamentos que ajudam a configurar e disseminar a comunicação, presente até a atualidade. Os meios tradicionais de comunicação são fatores importantes para trazer a percepção de proximidade. O rádio e a televisão têm papel fundamental para a expansão da comunicação como meios que tinham apenas abrangência local ou regional e foram desenvolvendo-se com potencialidade até chegar ao alcance nacional ou internacional.

A mídia local existe desde que surgiram os meios de comunicação de massa. Historicamente, o jornal, o rádio e a televisão, ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional. Alguns destes meios de comunicação desenvolvem seu potencial de alcance nacional ou internacional, outros permanecem locais. O rádio, por exemplo, é eminentemente local, embora possa percorrer também longas distâncias (Peruzzo, 2005, p.69).

Essa distribuição por meio dos meios comunicacionais é fundamental para entendermos as diferenças atribuídas entre Jornalismo Local, Regional e Comunitário. Nosso foco está especialmente na noção de proximidade, determinada pela região, trazendo questões que envolvem a localização territorial, mas com o objetivo de se fazer ouvir e conhecer para além das fronteiras locais e regionais, como afirma Peruzzo.

O conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspectivas, mas, quando se trata de mídia local e regional, ele se refere aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do *locus* territorial (Peruzzo, 2005, p. 76).

O impacto do Jornalismo local está associado, principalmente, à sua abordagem e linguagem, ao contar histórias com maior peso de identificação do público, trazendo narrativas de diferentes locais próximos, como, por exemplo, as notícias que envolvem regiões, municípios, bairros, cidades ou zonas rurais (Peruzzo, 2005).

As emissoras locais e regionais ganham bastante destaque com o público e normalmente são as que mais despertam atenção e recebem acompanhamento, justamente pela proximidade da informação, como explica Peruzzo:

O Jornalismo local está num contexto vantajoso para o leitor ou telespectador, ou seja, a proximidade da informação. As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural (Peruzzo, 2005, p. 78).

Todos esses elementos do Jornalismo local são essenciais para explorarmos a mídia e os territórios, principalmente para observarmos como a mídia local se relaciona com as identidades e culturas locais. O nível de cuidado da mídia ao retratar importantes temas da sociedade, sem causar estranhamento por parte dos leitores, é uma característica importante quando vemos a aplicabilidade do Jornalismo local, especialmente por ser um conceito que engloba teorias primárias do Jornalismo. É comum percebermos o quanto o Jornalismo local e regional avançou com suas diversas aplicabilidades e como ele ainda se conecta a fundamentos básicos, especialmente quando tratamos de critérios de noticiabilidade.

A Sumaúma adota uma perspectiva que articula o local e o global ao abordar questões relacionadas às comunidades amazônicas. Ao mesmo tempo, não descarta o aspecto internacional, já que a região possui relevância nacional e internacional.

3.3 Jornalismo Independente

O Jornalismo Independente é um modelo de prática jornalística bem característico da comunicação contemporânea, o qual se baseia e se organiza com especificidades

distintas da mídia hegemônica. Suas diferenças são facilmente distinguidas devido ao método utilizado nas produções, dando voz para movimentos e pautas que às vezes passam despercebidas pelo público convencional e pouco retratadas nos veículos comunicacionais (Taveira, 2024).

Oliveira e Felippi (2024) descrevem como o Jornalismo Independente se apresenta à sociedade e como ele se configura distinto do Jornalismo tradicional:

O que vem se convencendo chamar de Jornalismo Independente é constituído por experiências digitais, apresentadas à sociedade como práticas e produtos diferenciados do Jornalismo tradicional tanto no modelo de negócio — projetos coletivos não baseados no financiamento publicitário — como no aspecto editorial — voltado ao privilégio de pautas relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente (Oliveira; Felippi, 2024, p. 121).

O Jornalismo Independente busca se desvincular das questões econômicas e institucionais que podem comprometer a sua credibilidade, como anunciantes duvidosos que não condizem com sua linha editorial, por exemplo, refletindo nas informações e em sua distribuição.

Essa vertente comunicacional costuma ser adotada por veículos menores e tem como principal função se distanciar do tradicional e se apresentar como um veículo alternativo que aborda pautas com análise crítica e diversidade de apuração e fontes (Taveira, 2024).

Em sua diferenciação, o Jornalismo não hegemônico, como o Jornalismo Independente, se associa a uma causa e a um princípio mais relacionado à comunidade, sendo também uma resposta contrária ao costumeiro. Loose (2024) explica o impacto da diferenciação nas modalidades jornalísticas e como elas se apresentam:

Cada modalidade de Jornalismo interpreta e mobiliza os valores consolidados no campo jornalístico – como o compromisso com a verdade e a ideia de prestação de serviço público – sob um viés ideológico próprio. Teoricamente, enquanto o hegemônico reveste-se da perspectiva da objetividade para seu discurso sobre o mundo soar neutro ou imparcial (porque, recordamos, sempre será posicionado), o não hegemônico assume o lado dos oprimidos, contrapondo-se àquilo que é divulgado pelos meios dominantes (Loose, 2024, p.53).

O objetivo é servir o público de maneira democrática, trazendo um reconhecimento para as comunidades, buscando trabalhar a informação por meio de vários olhares, explorando a proximidade e identificação social. Podendo ser uma opção comunicacional para os isolados (Loose, 2024).

3.4 Agentes Sociais e Fontes: Pistas A Seguir

O Jornalismo que conhecemos até os dias de hoje tem suas raízes no século XIX, após passar por diversas fases que concretizaram as Teorias do Jornalismo e o modo como conhecemos as práticas jornalísticas. Além de ditar os processos para a definição da notícia, as estruturas, os hábitos e as rotinas dos profissionais jornalistas. No século XIX, surge a definição do primeiro *mass media*, a imprensa, a qual sai do meio de propagandas e recebe um novo foco e objetivo: fornecer informações a partir de fatos. Essa primeira definição começa a moldar as primeiras características jornalísticas, como a notícia, a busca da verdade, objetividade e a noção de serviço público, bem como descreve Traquina (2005):

A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo - fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o Jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público — uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do "polo intelectual" do campo jornalístico. (Traquina, 2005, p.34).

Após o Jornalismo ganhar cada vez mais espaço na sociedade, tendo uma expansão de importância social e econômica, abraçou os benefícios dos avanços e dos recursos tecnológicos em períodos de grande importância para o seu desenvolvimento. Com diferentes mudanças e normas estabelecidas, a área recebeu definições que determinaram a composição da notícia, partindo da teoria que agrega e é relevante ao analisarmos as notícias atualmente.

A partir da interpretação de Traquina sobre comunidade interpretativa, chegamos a uma noção extremamente importante ao classificarmos o grau de relevância e de participação de um indivíduo ou grupo social. Traquina (2005) exemplifica os tipos de agentes sociais que ocupam mais espaço nas matérias e também como são classificadas suas participações, definindo o momento estipulado para políticos e grupos sociais aparecerem.

Segundo o estudo de Gans, entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas: a) o Presidente dos Estados Unidos é sempre notícia; b) outras figuras nacionais, como os ministros e a família Kennedy, bem como os governadores e os presidentes de câmaras

locais, também são notícia; etc.) pessoas conhecidas envolvidas em escândalos são notícia. As pessoas não conhecidas só são notícias quando: a) são manifestantes, grevistas ou amotinados — indivíduos que fazem barulho ou provocam tumultos; b) são vítimas de desastres, naturais ou sociais, em particular na televisão, quando há imagens fortes; c) são transgressores da lei e da moral e d) são praticantes de atividades vulgares (Traquina, 2005, p.68)

Esses modelos estão muito presentes nas coberturas relacionadas à COP 30 pelo portal Sumaúma. As reportagens classificam exatamente essas posições ao analisarmos os agentes sociais presentes nas matérias e suas colaborações ao estruturarem as narrativas, iniciando com posições políticas, como o caso do presidente Luiz Inácio da Silva e depois posições secundárias que possuem um grau de importância menor. No entanto, determinadas figuras ganham pleno espaço devido à relevância de suas falas nas narrativas com o enfoque ambiental, como é o caso da ministra Marina Silva e dos representantes da COP 30. A última categorização definida se refere às comunidades ou pessoas que despertaram atenção, apresentando uma grande semelhança com a posição da comunidade indígena ao realizar protestos e manifestações para expressar sua insatisfação com a tomada de decisões que envolvem o evento. Essas escolhas são exemplificadas e categorizadas em duas conclusões, segundo Traquina (2009, p. 94) “[...] Duas conclusões essenciais são que 1) nem todos os agentes sociais são iguais no seu acesso aos jornalistas, e 2) as fontes oficiais são as fontes dominantes na produção de notícias.

Essas diferenças são visualizadas nas matérias pela hierarquia em que aparecem no texto, pelo grau de proximidade das falas, prestando atenção justamente ao estilo de escolha que a plataforma faz ao mencionar discursos de representantes políticos e aplicar em narrativas que fazem o público compreender a importância das falas em eventos que antecipam a Conferência do Clima e também despertam uma consciência política.

Quando falamos em agente primário, nos referimos à tipificação que as fontes recebem e essa separação é essencial para abranger uma diversidade de opiniões, relatos e testemunhos (Schmitz, 2011). Essa separação ocorre de maneira intencional e precisa. Segundo Schmitz (2011), a função da fonte primária é estabelecer a essência da notícia por estar mais próxima da origem da informação. A fonte primária fornece diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados “em primeira mão”, que podem ser confrontados com depoimentos de fontes secundárias” (Schmitz, 2011, p. 24). Nas

matérias que têm a comunidade indígena como agente primário, por exemplo, podemos ver uma maior proximidade do povo da floresta, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas e defensores do território, causando um impacto socioambiental com falas exclusivas na composição da narrativa.

Quando falamos de fontes e seus papéis definidos nas notícias, estamos recorrendo ao sentido que elas ocupam ao estarem presentes na essência da notícia, destacando também seu papel social e o espaço delimitado nas notícias. No processo da elaboração da notícia, é essencial que ela possua pluralidade ao retratar os acontecimentos e confirmar os fatos. Partindo disso, é importante a classificação designada das fontes para contribuir na variedade de pontos de vista e opiniões que possam ser relevantes para a informação, como descrito por Schmitz:

A maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes, que o jornalista utiliza para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos. Por isso, hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística, pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias (Schmitz, 2011. p.23).

A classificação de fontes segue uma dinâmica no Jornalismo por estabelecer a demarcação e hierarquização daquele agente, segundo a divisão de grupos, classes e fontes (Schmitz, 2011). Essa definição e conceito têm grande valor para o nosso objeto de pesquisa, pois, a partir disso, observamos com precisão o papel das fontes nas reportagens relacionadas à COP 30. Assim, chegamos a uma divisão classificada em: fontes primárias e secundárias. O autor também traz subdivisões ao abordar os grupos e as categorias de fontes em: especializada, referência, testemunhal, institucional, empresarial, oficial, notável e popular.

A especializada trata-se de uma pessoa de saber específico, normalmente um especialista ou profissional de uma organização, especialidade ou área, sua função está relacionada normalmente à análise de acontecimentos, ações ou possíveis consequências.

A fonte de referência está associada a documentos, bibliografia, livros, artigos ou mídias, normalmente usadas como consulta, e costuma ser referência, à qual complementa a narrativa.

A fonte testemunhal possui um papel de destaque, sendo uma fonte de confiança, tendo discursos diretos com o acontecimento, relatando o ocorrido.

A institucional está associada a uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. Fontes assim costumam representar esses nichos, estando associados a um valor, buscando conscientizar e sensibilizar a mídia.

A fonte empresarial representa uma corporação empresarial do comércio, indústria, serviços ou agronegócio. Essas fontes buscam preservar a imagem e reputação da empresa.

As fontes oficiais são associadas a pessoas de cargos públicos, apresentando discursos do Estado, ligadas aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Essas fontes apresentam discursos de interesse público, entretanto seus discursos se distanciam da realidade social e muitas vezes apresentam interesses particulares.

As fontes notáveis tratam-se de pessoas notáveis, por seu talento ou fama, sendo normalmente artistas, esportistas, até mesmo personalidades políticas.

A fonte popular é uma fonte que se manifesta por si, geralmente uma pessoa comum que não tem discurso associado à instituição ou grupo, normalmente testemunha algum fato, trazendo contexto para a narrativa por meio de uma informação cotidiana.

É a partir desses conceitos que chegaremos a uma conclusão mais exata da estruturação das reportagens da plataforma Sumaúma.

3.5 Reportagem

Após a fundamentação dos conceitos essenciais do Jornalismo, este último segmento propõe-se a explorar as características da reportagem, gênero considerado nobre na prática jornalística. A reportagem destaca-se dos outros gêneros jornalísticos por possibilitar a riqueza da narrativa, ao conseguir dar sentido às experiências humanas e transmitir a informação por meio dos processos comunicacionais (Dos Santos; Gonçalves; Porto Renó, 2015).

A reportagem segue uma estrutura e modelo distintos dos outros gêneros jornalísticos, entretanto guarda seu caráter informativo, seguindo as mesmas técnicas base da notícia, apesar de possuir maior liberdade no uso da linguagem (Franceschini, 2015) e amplitude informativa (Baccin, 2017).

Quando nos referimos às técnicas bases, destacamos o compromisso com a informação e o serviço público, mas destacamos uma estrutura livre e dinâmica para

relatar os acontecimentos e abordar os fatos. Essa flexibilidade estrutural é um dos atributos da reportagem, como explica Baccin (2017):

A reportagem não possui uma estrutura fixa, nem um modelo determinado como a pirâmide invertida, tampouco requer abertura com o lead. Diferente da notícia, que possui uma forma rígida e impessoal, priorizando o relato objetivo e factual, a reportagem é dotada de um estilo mais flexível, voltado para a interpretação de um tema que não é tão dependente de atualidade ou facticidade (Baccin, 2017, p.103)

Conforme Lage (2001), a reportagem ganha espaço no Jornalismo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, caracterizando-se pela demanda de um público mais exigente, que busca explicações aprofundadas sobre os acontecimentos. A imprensa passa a investir em conteúdos mais analíticos e elaborados, consolidando o chamado “jornalismo de explicação” ou “jornalismo interpretativo”. De acordo com Martínez Albertos (1993, p. 275), “o jornalismo de explicação utiliza equilibradamente o relato e o comentário, situando-os em uma perspectiva mediante a qual o leitor encontra juízos de valor ao lado da narração objetiva dos fatos”.

Embora Martínez Albertos (1983) situe o surgimento das primeiras reportagens na década de 1920 e o desenvolvimento do Jornalismo interpretativo apenas após a Segunda Guerra, é difícil precisar um marco temporal único. No contexto brasileiro, por exemplo, os primeiros registros datam de 1904, com João Paulo Alberto Coelho Barreto, conhecido como João do Rio, e sua série “As religiões no Rio”, publicada na Gazeta de Notícias. Segundo Martins (2016, p. 37), a reportagem evidencia o repórter como sujeito ativo do relato, elemento essencial na consolidação da reportagem enquanto gênero.

Sodré e Ferrari (1986) identificam quatro características fundamentais da reportagem: a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, o caráter impressionista do texto e a objetividade na exposição dos fatos. Essas dimensões variam conforme o tema abordado e a intenção do repórter. Já Vivaldi (1993, p. 65) define a reportagem como “uma narração informativa, de caráter mais ou menos literário, concebida e realizada segundo a personalidade do escritor-jornalista”. Tanto Vivaldi (1993) quanto Sodré e Ferrari (1986) enfatizam o caráter narrativo da reportagem e a presença das marcas autorais do jornalista no texto.

Martínez Albertos (1993) aprofunda essa discussão ao distinguir a “grande reportagem”, também descrita por Vivaldi (1993) como um relato de linguagem literária e estrutura monográfica. Esse formato consolidou-se em revistas como Life, Look e Época,

que dedicavam seções especiais a temas de maior complexidade e profundidade. No Brasil, Medina (1973) analisa esse tipo de narrativa, definindo-a como um produto que combina investigação, contextualização, antecedentes e humanização do tema. Baccin (2017) acrescenta a essas características a pluralidade de vozes que compõem as reportagens, abordando diversos pontos de vista sobre a temática.

Martínez Albertos (1993) também identifica três elementos estruturais recorrentes nas grandes reportagens: 1) a tese: que busca apresentar uma ideia central capaz de captar o interesse do leitor; 2) a acumulação lógica dos dados: que consiste na organização coerente das informações apuradas; e 3) a conclusão: que reforça a tese inicial.

Essas características presentes na reportagem, segundo os autores, relacionam-se com a autonomia do gênero. Machado (2015, p. 19) enfatiza a relevância da reportagem, pela particularidade que o gênero possui ao integrar outros gêneros narrativos de maneira expansiva e elaborada, envolvendo pessoas e ações, com o intuito de explicar a realidade: “Ela integra a categoria dos gêneros narrativos por tudo isto, porque relata acontecimentos com pormenor, de forma mais elaborada e mais expansiva. A reportagem envolve personagens reais, com ações reais, e tem como função principal explicar o que se passa realmente” (Machado, 2015, p. 19).

A reportagem diferencia-se dos demais gêneros jornalísticos por seu potencial de singularização. Enquanto o noticiário diário tende a reproduzir os mesmos acontecimentos, a reportagem se destaca pela originalidade da abordagem e pela profundidade investigativa (Baccin, 2017). Por essa razão, a produção de reportagens exige tempo, dedicação e recursos, justificando o investimento das equipes jornalísticas em sua elaboração.

Dessa forma, “a reportagem consolida-se como a modalidade expressiva mais completa do Jornalismo, capaz de informar, relatar e interpretar fatos de interesse público” (Baccin, 2017, p. 102). Como observa López García (2012, p. 105), “a reportagem permite a liberdade criativa, a profundidade informativa e o caminho para que o jornalista estabeleça uma comunicação eficiente com o leitor da informação”. Pois, ao integrarmos as características da reportagem com a prática jornalística, exploramos outros âmbitos da reportagem, pois exercitar a reportagem é submeter o jornalista a um frequente trabalho de campo e pesquisa, uma vez que a reportagem relata ações verdadeiras e tem como objetivo contar os acontecimentos, evidenciar realidades e apresentá-las por completo (Machado, 2015).

O profissional de Jornalismo não atua com apenas a intenção de informar, ele desempenha o papel de mediador entre o fato e o público e essa função pode ser descrita e comparada como “ponte” ao possibilitar a proximidade com o leitor por meio das características da reportagem, seja num tom, na abordagem ou na descrição (Sodré; Ferrari, 15).

Esclarecesse, assim, que a reportagem se caracteriza pela integração da linguagem e objetividade factual, gênero o qual se construiu através de narrativas e personagens reais de maneira expansiva e livre, por meio de critérios estabelecidos pela proximidade e pelo fato. A partir do referencial teórico apresentado, o próximo capítulo dedica-se à análise das reportagens da plataforma Sumaúma, buscando identificar os agentes sociais presentes nas estruturas, verificar suas funções desempenhadas e compreender como o site constrói suas reportagens com referência a figuras políticas, órgãos políticos e empresas que atuam na área ambiental para evidenciar o impacto e influência dos seus discursos.

4. ANÁLISE

Após a apresentação do *corpus*, do quadro teórico e dos procedimentos metodológicos que orientam essa pesquisa, esse capítulo apresenta a análise dos materiais coletados. Esse tópico trata da análise das reportagens que foram coletadas, considerando o título, a data, os agentes sociais como definidor primário e a sua função na matéria. Os materiais estão nomeados como Reportagem 1, Reportagem 2, Reportagem 3 e Reportagem 4. A plataforma Sumaúma divulgou essas quatro reportagens (Tabela 1) no período de dezembro de 2024 a abril de 2025 e é possível perceber que elas abordam em profundidade a importância e o impacto social da 30ª Conferência das Partes.

Tabela 1 - Classificação das quatro reportagens

Título	Data	Link	Agente Prim.	Função
1) A COP entrega o futuro do planeta ao mercado	5 de dezembro, 2024	https://sumauma.com/a-cop-do-clima-entrega-o-futuro-do-planeta-ao-mercado/	Mary Alegretti	Representante do Movimento Socioambiental do Brasil
2) COP 30: O levante Indígena que enfrenta Helder Barbalho	6 de fevereiro, 2025	https://sumauma.com/cop-30-o-levante-indigena-que-enfrenta-helder-barbalho/	Indígenas	Representantes dos povos originários do Pará
3) Diplomatas da floresta lutam para conquistar um lugar no centro	8 de Março, 2025	https://sumauma.com/diplomatas-da-floresta-lutam-para-conquistar-um-lugar-no-centro-do-debate/	Cleidiane Vieira	Representante dos defensores da Floresta
4) “Árvores Fake” são nova invenção para receber a COP 30	4 de Abril de 2025	https://sumauma.com/amazonario/copa-o-que-e-e-por-que-voce-deveria-se-importar-com-ela/	Governo do Pará	Representante do discurso político

Fonte: A autora (2025)

A partir dessa classificação (Tabela 1), é possível ter uma visão geral de cada reportagem que aborda a COP 30 e quais agentes são destacados na construção narrativa. Essa etapa orienta a análise que será apresentada a seguir.

4.1 A Cop entrega o futuro do planeta ao mercado

Após a apresentação das reportagens em análise, partimos para a estruturação das reportagens, buscando identificar quais são os agentes da matéria. A primeira reportagem, de 5 de dezembro de 2024, tem o título “A COP do clima entrega o futuro do Planeta ao mercado”. Esse material foi publicado na editoria “Planeta em Colapso”, a qual reúne uma série de reportagens, notícias, colunas e entrevistas que evidenciam as crises climáticas e suas interferências sociais, ambientais e humanas.

O tema central da reportagem é apresentar como o evento COP 29 (realizado em Baku, Azerbaijão) aprovou o acordo Coalizão Leaf⁵ que, segundo a matéria, entrega ao mercado financeiro/privado grande parte da solução climática. A matéria apresenta, de maneira crítica, como esse acordo interfere na população, especialmente em comunidades que debatem a pauta ambiental, porque o acordo permite que as empresas equilibrem as emissões em vez de eliminá-las de maneira gradual.

Essa reportagem foi escrita pela jornalista Cláudia Antunes, e menciona a COP 30 com exatos 11 meses de antecedência, destacando que o Brasil, sede da COP 30, ficou com a responsabilidade de buscar um acordo mais estratégico.

4.1.1 Agentes sociais e funções

Na sequência, identificamos quem são os agentes sociais presentes na reportagem “A COP do clima entrega o futuro do Planeta ao mercado” e a quais grupos de fontes pertencem cada um deles. Foram encontrados 37 agentes sociais, sendo 7 fontes oficiais, 6 fontes especialistas e 24 fontes institucionais. Excluímos dessa categorização grupos ou blocos geopolíticos que não possuem fala ou ação direta. Em nossa análise da Reportagem 1, optamos por apresentar os principais agentes e funções e como estruturam a reportagem, não realizando uma análise exaustiva sobre todos os agentes, pela grande quantidade, mas destacando os principais.

⁵ Ver mais em:

[https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/fundo-amazonia-e-fim-do-desmate-podem-render-r-95-bi-de-créditos-de-carbono-em-dez-anos/#:~:text=A%20Coaliz%C3%A3o%20Leaf%20\(sigla%2C%20em%20ingl%C3%AAs%2C%20para,Unidos%2C%20Joe%20Biden%2C%20que%20serviu%20para%20marcar](https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/fundo-amazonia-e-fim-do-desmate-podem-render-r-95-bi-de-créditos-de-carbono-em-dez-anos/#:~:text=A%20Coaliz%C3%A3o%20Leaf%20(sigla%2C%20em%20ingl%C3%AAs%2C%20para,Unidos%2C%20Joe%20Biden%2C%20que%20serviu%20para%20marcar)

Tabela 2⁶ - Classificação dos agentes de acordo com o grupo de fontes na Reportagem**1**

Nome	Categoria
Antropóloga Marry Allegretti	Institucional
Marina Silva	Oficial
Oxfam	Institucional
Wopke Hoekstra	Especialista
Mariana Paoli	Institucional
Fadhel Kaboud	Institucional
António Guterres	Oficial
Ana Toni	Oficial
Matilde Angeltveit	Institucional
Sineia do Vale	Institucional
Anne Alencar	Institucional
Paulo Artaxo	Especializada
Lula	Oficial
Ottmar Edenhofer	Oficial
Carlos Nobre	Especializada
Marcelo Britto	Oficial
Comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará	Institucional
Ronaldo Amanayé	Institucional
Avanilson Karajá	Institucional
Alessandra Korap	Institucional
Cleidiane Vieira	Institucional
An Lambrechts	Institucional
Rodrigo Lima	Especialista
Carlos Ernesto Augustin	Especialista
Carlos Fávaro	Especialista

⁶ Organizou-se a tabela de acordo com a aparição dos agentes sociais na reportagem.

Rodrigo Justus	Institucional
Moisés Savian	Institucional
Maurício Alcântara	Oficial
Gerson Borges	Institucional
Leila Meurer	Institucional
Isabel Garcia	Institucional
Marcelo Morandi	Institucional
Leticia Leobet	Institucional
Mariana Belmont	Institucional
Nilma Bentes	Institucional
Zélia Amador	Institucional
Thayna Gutierrez	Institucional

FONTE: A autora (2025)

Essa reportagem da Sumaúma possui uma estrutura bem definida, que alterna contexto, crítica e análise, citando diversos agentes com discursos ambientais, políticos, econômicos e sociais. Após essa análise mais geral dos agentes sociais, incluindo os grupos que estão inseridos, seguimos para a próxima etapa: verificar as funções desempenhadas pelos agentes sociais.

Tabela 3 - Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 1

Agente social	Função
Antropóloga Marry Allegretti	Representativa
Marina Silva	Política/ambiental
Oxfam	Social
Wopke Hoekstra	Política
Mariana Paoli	Social
Fadhel Kaboud	Política
António Guterres	Política
Ana Toni	Política
Matilde Angeltveit	Política

Sineia do Vale	Representativa
Anne Alencar	Técnica
Paulo Artaxo	Técnica
Lula	Política
Ottmar Edenhofer	Técnica
Carlos Nobre	Técnica
Marcelo Britto	Econômica
Comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará Indígenas do Pará	Representativa
Ronaldo Amanayé	Representativa
Avanilson Karajá	Representativa
Alessandra Korap	Representativa
Cleidiane Vieira	Representativa
An Lambrechts	Política/ ambiental
Rodrigo Lima	Técnica
Carlos Ernesto Augustin	Técnica/econômica
Carlos Fávaro	Política/ econômica
Rodrigo Justus	Econômica
Moisés Savian	Técnica/política
Maurício Alcântara	Técnica
Gerson Borges	Representativa
Leila Meurer	Representativa
Isabel Garcia	Técnica/ambiental
Marcelo Morandi	Técnica
Leticia Leobet	Social
Mariana Belmont	Social
Nilma Bentes	Social
Zélia Amador	Social
Thayna Gutierrez	Social

FONTE: A autora (2025)

Com a identificação das funções desempenhadas pelos agentes sociais, foi possível perceber que as categorias estão bem delimitadas: política, técnica, econômica, social, socioambiental e representativa. Percebemos ainda que um agente pode atuar em duas frentes na narrativa. A partir da sequência agentes sociais, categorização e função, compreendemos a estrutura da narrativa e observamos também como a reportagem produz uma abordagem mais ampla do tema, por meio de contextos, dados ou fatos. Levando esse fator em consideração, partimos para a etapa de compreender como a Sumaúma constrói suas reportagens, destacando os discursos e falas dessas figuras apresentadas.

4.1.2 Estrutura da reportagem

Com base nos processos de identificação e classificação dos agentes sociais, conseguimos compreender de que forma a matéria reúne e classifica esses agentes, destacando o tema central abordado. A partir dessas classificações, seguimos para a análise da distinção entre agente primário e secundário, evidenciando como a Sumaúma organiza sua narrativa e como esse método possibilita uma nova perspectiva do Jornalismo.

A abertura da Reportagem 1 apresenta o tema por meio de uma crítica inicial (Figura 1), mencionando a agente primária: a antropóloga Mary Allegratti, líder e representante da Reserva Extrativista Chico Mendes. Em um primeiro momento, a reportagem retrata a sua participação na história do movimento socioambiental do Brasil, abordando sua trajetória e influência. Além disso, o texto destaca os diferentes alcances da crise climática, pois não se trata de um assunto apenas técnico ou econômico, mas de dimensão geral.

Figura 1 - Trecho Mary Allegretti

A antropóloga Mary Allegretti faz parte da história do movimento socioambiental no Brasil. Junto com Chico Mendes e os seringueiros que lutaram pelas florestas onde trabalhavam no estado do Acre, ela ajudou a formular, há 40 anos, uma proposta para a criação de reservas extrativistas, um novo tipo de unidade de conservação que engloba a natureza e as pessoas que nela vivem. Allegretti participou da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-29), em Baku, Azerbaijão, para falar sobre uma iniciativa que, segundo ela, lhe deu nova motivação. Durante o último ano e meio, ela coordenou um projeto para capacitar cerca de 10.000 pessoas que vivem na Reserva Extrativista Chico Mendes, que abrange cerca de 1 milhão de hectares, para desenvolver um futuro projeto de geração de créditos de carbono. Trata-se de um programa piloto que o Conselho Nacional de Populações Extrativistas poderia replicar em outras reservas extrativistas, para que as comunidades que desejam implementar projetos possam fazê-lo, em vez de serem exploradas por especuladores de carbono.

Allegretti destacou que, por décadas, os moradores dos territórios comunitários do Acre viveram "nas mesmas condições, sem investimento em infraestrutura, sem acesso à educação, sem acesso à saúde". A Reserva Extrativista Chico Mendes foi vítima do avanço do desmatamento, que abriu caminho para pastagens de gado. "Então, como negar às comunidades o acesso a um projeto que poderia gerar investimentos quando o governo não conseguiu investir?", questionou o antropólogo e diretor do Instituto de Estudos Amazônicos durante um painel no pavilhão do Brasil na COP. "Estamos convencidos de que bons produtos de carbono podem ser desenvolvidos com as comunidades desempenhando um papel fundamental."

FONTE: Sumaúma (2024)

Após o texto referenciar Mary Allegretti, a narrativa contextualiza a COP 29 e outros agentes ganham espaço, o que nos permite visualizar como as negociações do mercado de carbono atravessam diferentes contextos, abrindo a discussão a partir do discurso ambiental, técnico, político e socioambiental. Cada um atua dentro de um nicho específico. A fala do agente ambiental segue a sequência de funções, como já mencionadas, exercendo papel informativo, pedagógico e político. Os agentes técnicos são fontes especializadas, que ocupam posição de destaque na estrutura da narrativa, já o agente político atua a partir de uma perspectiva pública e o agente socioambiental aparece ligado a pautas que percorrem vários contextos e agem diretamente com discursos das comunidades e dos grupos sociais.

Em sequência, o texto começa a intercalar com fontes secundárias e coletivas, expondo análises e comentários sobre os fatos. No caso das fontes secundárias, identificamos cerca de 17 agentes. A narrativa também define o contexto ao integrar fontes de caráter coletivo e nossa classificação identifica três instituições.

Um exemplo disso é como o texto apresenta uma análise política por meio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, uma fonte secundária na reportagem (Figura 2). A narrativa cita Marina Silva como uma figura política experiente, apresentando um discurso consciente, pró-meio ambiente, que destaca a lógica do mercado e a lógica ambiental. Entretanto, sua voz está inserida num contexto controlado por interesses econômicos.

Figura 2 - Trecho Ministra Marina Silva

No entanto, como afirmou a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Brasil, Marina Silva, o comércio de emissões estabelecido no Acordo de Paris é um “instrumento importante”, mas “não uma panaceia”. A mera possibilidade de receber dinheiro com a venda de créditos de carbono não pode ser confundida com a conquista do objetivo que foi, de fato, o foco da COP-29: definir uma nova meta de financiamento climático para substituir os US\$ 100 bilhões por ano prometidos pelos países ricos em 2009. Segundo esses países, esse valor foi finalmente alcançado em 2022, quando já haviam desembolsado US\$ 115,9 bilhões. Contudo, um estudo da organização Oxfam mostrou que, ao subtrair as altas taxas de juros e os projetos não relacionados ao clima desses empréstimos, o valor restante seria de, no máximo, US\$ 35 bilhões.

FONTE: Sumaúma (2024)

Em complemento ao discurso de Marina Silva, o texto apresenta um agente de caráter coletivo, o Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (OXFAM), uma instituição sem fins lucrativos e independente que atua em diversas áreas, como social, ambiental, racial e outras. A fala abre espaço para discutir o tema central da reportagem, a partir da desigualdade do financiamento climático que, apesar de breve, define o contexto da temática, mas a instituição não age sobre os fatos.

Nesse ritmo narrativo, a reportagem aborda a emissão de carbono e cita a COP 30. Antes de apresentar as pautas previstas para Belém no ano 2025, a narrativa contextualiza os fatores que geram os desafios a serem enfrentados. As fontes especializadas discutem o assunto sob perspectivas econômica e ambiental. Ainda que esses enfoques já sejam evidentes, a Sumaúma aprofunda o tema ao detalhar as informações, oferecendo elementos complementares e estimulando uma reflexão crítica com detalhes minuciosos. A variedade de informação e falas situam o leitor sobre o impacto da problemática e também apresentam a visão sob a perspectiva socioambiental.

Apesar das estruturas seguirem um padrão de fontes, como apresentado por Schmitz (2011), a reportagem “A COP do clima entrega o futuro do Planeta ao mercado” apresenta uma característica diferenciada. Embora traga fontes de representatividade institucional, os temas de relevância social e ambiental, como os relacionados à COP, são desenvolvidos em um contexto crítico por meio das fontes representativas. Essas fontes não apenas atuam como especialistas sociais, mas também atuam como integrantes das próprias comunidades, ganhando destaque pelo nome referenciado e pela trajetória associada.

A narrativa apresenta oito agentes que atuam como representantes da comunidade indígena que buscam defender a floresta, dando voz e visibilidade aos povos que mantêm uma relação direta com o território.

Na sequência, Sineia do Vale aparece como a primeira agente representativa, agindo como representante do povo indígena que vive em Roraima e que tem relação direta com a floresta (Figura 3). A narrativa introduz sua história com o movimento socioambiental, apresentando primeiro sua experiência e depois a problemática das queimadas. Essa estrutura associa a agente como uma fonte de autoridade, permitindo que seu discurso seja compreendido pelo leitor a partir da perspectiva de quem vive no território, destacando os impactos ambientais vivenciados no cotidiano da comunidade, trazendo o tom crítico para a reportagem, como mostra o trecho a seguir.

Figura 3 - Trecho 1 de Sineia do Vale

Longe da linha de frente

As decisões da COP-29 foram ainda mais frustrantes diante dos relatos feitos na conferência por quem está na linha de frente do desastre climático. Sineia do Vale, da etnia Wapichana, que em Baku foi eleita copresidenta do Caucus Indígena da Convenção do Clima, integra há mais de 30 anos o Conselho Indígena de Roraima, que tem um sistema de monitoramento de fogo nos territórios do estado. "Do ano passado para cá, a gente teve queimadas irreparáveis", contou Sineia. "Oitenta por cento do Lavrado [vegetação semelhante à do Cerrado] foi queimado, e 70% dessas queimadas vieram de fora dos territórios. Isso está sendo recorrente pelo menos nos últimos três anos", detalhou. Roraima passa por uma expansão da monocultura da soja.

FONTE: Sumaúma (2024)

Em sequência, a narrativa retorna à temática ambiental, expondo as consequências das queimadas e como elas afetam o ciclo natural do planeta. A reportagem estabelece uma ligação entre as problemáticas e os debates da COP 29, especialmente nas falas dos representantes da floresta. Esse movimento ganha destaque após discutir os diferentes contextos associados ao acordo de coalizão LEAF, conduzindo o leitor a uma reflexão crítica e política sobre os impactos que recaem sobre o território. Essa reflexão é conduzida pela narrativa, que se estrutura a partir de fontes próximas ao território, especialmente aquelas de função socioambiental e representativa. Quando a Sumaúma estrutura sua reportagem com discursos desse tipo, evidencia a relevância dos assuntos debatidos nas COPs, tanto as já realizadas quanto as futuras. O texto reforça que não se trata apenas de apresentar soluções teóricas, mas de destacar a urgência das crises climáticas, exigindo

uma atenção maior ao cenário atual da Terra, assim como também a responsabilidade dos agentes que intensificam a rápida alteração climática. Podemos observar isso quando o texto apresenta o problema e recorre a uma fonte especializada, do campo científico (Figura 4).

Figura 4 - Trecho fonte especializada

Um dos problemas que assombram os acordos internacionais sobre a emergência climática é que eles não têm nenhuma cláusula que obrigue os países a cumprir as promessas que fazem. Mudar isso foi uma das reformas sugeridas por lideranças internacionais, entre elas o cientista brasileiro Carlos Nobre, numa carta divulgada nos primeiros dias da COP-29. A carta diz que é hora de “entregar os compromissos assumidos” e parar as negociações sem fim.

FONTE: Sumaúma (2024)

O texto segue essa sequência narrativa até apresentar o próximo agente de função representativa, o Comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará. Essa fonte surge quando o texto passa a debater a temática sob a perspectiva econômica dos povos indígenas (Figura 5), já que o foco se direciona para um assunto que envolve dimensões econômicas e políticas da região.

Figura 5 - Trecho Comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará

O crédito que divide os Indígenas

No Pará, as lideranças Indígenas estão divididas em relação ao programa estadual de carbono, e isso chegou à COP-29. O comando da Federação dos Povos Indígenas do Pará, a Fepipa, participa do programa. Antes da venda dos créditos, prevista só para o final de 2025, haverá uma consulta aos povos originários, os extrativistas e os Quilombolas sobre quanto do dinheiro chegará às comunidades que cuidam da floresta e como ele será aplicado.

FONTE: Sumaúma (2024)

O texto apresenta a divisão existente entre as lideranças indígenas, indicando que existem diferentes percepções sobre as políticas ambientais discutidas. Nesse ponto, a reportagem mostra que a dimensão econômica e política percorre um caminho distinto da realidade ambiental, em que persistem dúvidas e receios. O texto reforça o discurso institucional que não corresponde às circunstâncias reais enfrentadas pelas comunidades.

Em seguida, aparecem os agentes representativos que apresentam alternativas para o desafio ambiental (Figura 6). Entre eles estão Ronaldo Amanayé e Avanilson Karajá, ambos exercendo a mesma função: coordenador tesoureiro em suas instituições. Suas falas mostram que como as lideranças visualizaram o apoio à Coalizão LEAF e como essa pauta está sendo debatida entre as comunidades; entretanto, o peso presente nas suas falas é determinado pela posição política existente. Elas evidenciam que existe essa divergência, mas a diminuem ao associá-la à distribuição de “desinformações”.

Figura 6 - Trecho Ronaldo

Ronaldo Amanayé, coordenador tesoureiro da Fepipa, disse que a federação tem percorrido o estado para levar informações aos territórios e ouvir suas reivindicações para a consulta. “Temos um pequeno grupo que é completamente contra porque está sendo emprenhado de desinformação pelos ouvidos”, acusou ele. Avanilson Karajá, coordenador tesoureiro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, a Coiab, defendeu os programas estaduais. “Existe aquela visão de que o território vai ser vendido, que não vai poder fazer roça, mas é uma política que poderá solucionar alguns problemas dentro dos territórios”, disse Avanilson, que é do Tocantins, estado que também pretende assinar um acordo com a Coalizão Leaf.

FONTE: Sumaúma (2024)

Em complemento, o texto apresenta duas fontes representativas de oposição ao discurso abordado pelos agentes anteriores. A narrativa traz Alessandra Korap, representante da associação indígena Pariri, apresentando-a como “uma das opositoras mais veementes do programa” (Figura 7). Essa sequência narrativa da Sumaúma desperta nossa atenção para como as “soluções” políticas ambientais atuam de modo conveniente aos próprios interesses, mostrando que os debates socioambientais são de extrema importância, principalmente por assegurar mudanças significativas. Esse tipo de decisão não pode ser acolhido antes de dialogar com as pessoas envolvidas, como crianças, mulheres ou pajés.

Figura 7 - Trecho 1 de Alessandra Korap

A opositora mais veemente do programa paraense é Alessandra Korap, da Associação Indígena Pariri, que também veio a Baku. Ela se queixou do fato de a Fepipa ter feito uma reunião sobre o assunto na cidade de Jacareacanga, e não dentro do território do seu povo, os Munduruku. “Sem ter uma base, sem ter conversado com as mulheres, sem ter falado com as crianças, com os pajés, para nós não está servindo. Precisa ser discutido muito mais”, disse.

FONTE: Sumaúma (2024)

Apoiando a fala de Alessandra Korap, a narrativa traz Cleidiane Vieira do Movimento dos Atingidos pela Barragem. Sua fala não apenas apoia a posição de Alessandra, mas amplia a crítica (Figura 8). Nesse sentido, sua autoridade não se baseia em argumentos técnicos ou institucionais, e sim em uma autoridade experiencial, construída por suas vivências. Cleidiane enfatiza que as verdadeiras soluções não devem surgir sob o viés financeiro, defende a valorização dos verdadeiros preservadores da floresta. Além disso, solicita uma maior valorização dos verdadeiros defensores da floresta.

Figura 8 - Trecho 1 Cleidiane Vieira

Ao lado de Alessandra, Cleidiane Vieira, do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MAB, ampliou a crítica: "Nós do MAB consideramos [os mercados de carbono] uma das falsas soluções que o capital tem proposto para sair da crise. A crise climática está sendo financeirizada e precisa de muito mercado para todas as empresas", afirmou. "Se existe floresta, é porque os povos que estão lá cuidaram. Agora querem sequestrar essa preservação para continuar poluindo."

FONTE: Sumaúma (2024)

No desenvolvimento da narrativa, o texto passa a discutir agricultura e agronegócio, especialmente a agricultura familiar, tema que se fez presente nas discussões climáticas da COP 29 (Figura 9). Os agentes representativos inseridos nesse contexto são Gérson e Leila. Essa linha narrativa destaca que a preservação ambiental não diz respeito apenas à floresta e aos povos indígenas, mas que o modelo de produção também deve ser inserido no debate, pois é um dos responsáveis pelas emissões de gases.

Figura 9 - Trecho Gerson e Leila

Como Gerson e Leila, havia em Baku dezenas de pequenos agricultores do mundo inteiro, parte de um debate cada vez mais forte nas COPs sobre a mudança dos sistemas de produção de alimentos. São discussões que avançam fora das salas de negociação. Dentro da Convenção do Clima, existe um grupo de trabalho, conhecido como grupo de Sharm el-Sheikh, que em Baku aprovou a criação de uma plataforma eletrônica na qual os países poderão mostrar o que consideram boas práticas na agricultura. "É um portal para compartilhar práticas e buscar parcerias e financiamento", disse Marcelo Morandi, da [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa](#).

FONTE: Sumaúma (2024)

Esses agentes estão ligados ao coletivo dos pequenos agricultores e atuam como representantes da agricultura familiar, cujas falas denunciam os problemas enfrentados

para acessar o crédito rural. Essa fala abre uma reflexão crítica sobre como as políticas públicas favorecem o agronegócio. Isso pode ser contraditório com os discursos políticos ambientais, já que agricultores como Gerson e Leila utilizam técnicas ecológicas, configurando-se nos chamados “agroecológicos”. O texto ainda mostra que eles representam apenas uma parte desse coletivo.

No trecho final, a matéria reforça como os defensores da agricultura ecológica necessitam de esperança para visualizar as soluções propostas pela COP 29. Esse segmento reúne os retrocessos apresentados ao longo da reportagem e transfere a responsabilidade para a COP-30. Além disso, debate as causas sociais que devem estar presentes nas discussões, isso é apresentado por meio de agentes de funções políticas e sociais. O texto expressa a expectativa de que, em 2025, as discussões futuras tenham dimensões raciais e sociais, incluindo as pautas das mulheres e da comunidade LGBTQIA+

A reportagem consegue cumprir seu objetivo, que é informar e contextualizar o leitor sobre o debate a respeito do mercado de carbono, por meio de uma narrativa crítica, por meio de fontes próximas da comunidade e da floresta. A reportagem traz uma quantidade vasta de fontes que são essenciais para que o leitor entenda as dimensões que essa temática engloba. Seu intuito é trazer de maneira detalhada os impactos sociais e ambientais, tendo influência política, socioambiental e econômica. Além de trazer os responsáveis e as comunidades afetadas diretamente, a narrativa aborda de maneira dinâmica uma sequência que evidencia como será de extrema importância o Brasil tratar os problemas ambientais próximos dos principais defensores da floresta.

4.2 Cop 30: O levante Indígena que enfrenta Helder Barbalho

A segunda reportagem da análise, “O levante indígena que enfrenta Helder”, está dentro da editora “Amazionando a COP - Rexistência”, que traz diversas entrevistas, reportagens, colunas e análises que juntam qualquer informação relevante sobre a COP 30, especialmente as informações relacionadas às populações indígenas. A reportagem foi publicada no dia 6 de fevereiro de 2025, com aproximadamente nove meses de antecedência.

Escrita por Guilherme Guerreiro Neto, esta reportagem evidencia os futuros debates da COP 30, por meio de uma narrativa que aborda a comunidade indígena e traz com impacto a temática. O tema principal da matéria é o levante indígena, que ocorreu pela busca por uma educação digna e de qualidade, exigindo a revogação da Lei 10.820.

Essa Lei afeta os direitos dos professores, alterando o regime de progressão, gratificação e jornada de trabalho, e também ameaça as modalidades de ensino, como o Ensino Médio Modular (SOME) e o Modular Indígena (SOMEI), que auxiliam os povos do campo, da floresta e também das aldeias. A narrativa destaca que os povos da floresta estão tratando com seriedade cada decisão que os afeta diretamente. Na sequência, classificamos os agentes e destacamos suas funções.

4.2.1 Agentes Sociais e Funções

Em sequência, a reportagem “O levante Indígena que enfrenta Helder” acionou 11 agentes sociais, sendo oito fontes institucionais, uma fonte oficial e duas especialistas (Tabela 4).

Tabela 4 - Classificação dos Agentes de acordo com o grupo de fontes da Reportagem
2

Agentes sociais	Categoria
Dadá Borari, Cacique da Terra Indígena Moró	Institucional
Alessandra Korap	Institucional
Conceição Holanda	Institucional
Poró Borari	Institucional
Lídia Borari	Institucional
Helder Barbalho	Oficial
Salomão Hage	Especialista
Auricelia Arapiun	Institucional
Bruno Malheiro	Especialista
Margareth Mayatapu	Institucional
Maurício Terena	Institucional

FONTE: A autora (2025)

Na análise da reportagem, detectamos que ela contém outros agentes sociais de categoria política, institucional e popular; entretanto, considerando a sequência da nossa pesquisa, esses agentes foram excluídos, pois aparecem na reportagem apenas de forma

contextual, sem fala direta ou ativa para a construção da narrativa. Após isso, seguimos para a próxima etapa, destacando as funções dos agentes na Tabela 5.

Tabela 5 - Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 2

Agentes sociais	Funções
Dadá Borari, cacique da Terra Indígena Maró	Representativa
Alessandra Korap	Representativa
Conceição Holanda	Representativa
Poró Borari	Representativa
Lídia Borari	Representativa
Helder Barbalho	Política
Salomão Hage	Especialista
Auricelia Arapiun	Representativa
Bruno Malheiro	Especialista
Margareth Mayatapu	Representativa
Maurício Terena	Representativa

FONTE: A autora (2025)

A partir dessa categorização, podemos observar que a narrativa possui agentes sociais com funções definidas entre representativa, representativa institucional, política e especializada. Levando em consideração que as fontes representativas atuam como porta-vozes do levante indígena, é possível perceber que essa sequência de agentes introduz uma narrativa crítica, apresentando os diversos contextos do debate de maneira direta, com várias informações contextuais.

4.2.2 Estrutura da Reportagem

Como mencionado anteriormente, nessa etapa observamos como é feita a construção da narrativa por meio dos agentes sociais. Na reportagem “O levante indígena que enfrenta Helder Barbalho”, sua estrutura possui mais de um agente primário vivenciando o fato central da narrativa; nesse caso, as fontes de representatividade

indígena vivenciam o principal debate, a valorização da educação e o pedido de revogação da lei 10.280.

O primeiro agente social desse grupo é Dadá Borari, cacique da Terra Indígena Maró. Sua função é essencial para a construção da narrativa, pois ele atua como porta-voz da comunidade indígena. A reportagem contextualiza o tema e apresenta seu discurso, o qual estabelece uma conexão mais direta com a COP 30. Dadá busca alertar que esse levante indígena é apenas o início de uma série de ações, já que as comunidades indígenas buscam maior visibilidade. Além disso, sua fala evidencia a intenção de impedir que autoridades políticas discurssem em nome do Estado ou da população sem conhecer a verdadeira realidade vivenciada, pois é necessário se atentar a diversas problemáticas.

Figura 10 - Trecho Dadá Borari

A educação é onde desaguam descontentamentos com uma série de políticas do governo Barbalho que aumentam a pressão sobre os territórios e ameaçam os povos. Há outras espinhas presas na garganta. "Não se respeita uma educação diferenciada. Não se respeita a questão fundiária, territorial. O estado do Pará é o campeão de desmatamento. Sai daqui e vende crédito de carbono com nós dentro. Isso é falta de respeito! Aí vai oferecer uma COP em que parece que as coisas estão bem", protesta Dadá Borari, cacique da Terra Indígena Maró.

FONTE: Sumaúma (2025)

Na sequência, aparece a coordenadora da Associação Indígena Parari Alessandra Korap, a segunda agente primária do grupo. Nesse trecho, a reportagem apresenta o contexto da educação em conjunto com os guerreiros Munduruku⁷, que ela representa enquanto liderança. Sua função na narrativa é retratar o momento vivido pelos participantes do manifesto. A reportagem também destaca o vínculo entre os povos originários e os representantes educacionais, demonstrando a união estabelecida apesar das interferências políticas.

⁷ Ver mais em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>

Figura 11 - Trecho 2 de Alessandra Korap

Professores avançaram para a pista e pararam o trânsito na avenida Augusto Montenegro. Durante o ato, uma caravana de guerreiros Munduruku vinda de Jacareacanga, no sudoeste do Pará, desembarcou na capital do estado e atravessou no meio do protesto, sob aplausos dos educadores. A cena era impressionante, um reconhecimento pelas lições de luta. "Nós estamos ensinando eles. E eles estão aprendendo bastante", garante Alessandra Korap, a premiada liderança Munduruku do Médio Tapajós, coordenadora da Associação Indígena Pariri.

FONTE: Sumaúma (2025)

A narrativa apresenta, logo em seguida, Conceição Holanda, também integrante do grupo de agentes primários. Ela atua como coordenadora-geral do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp). Sua fala descreve o evento histórico vivenciado por diversos manifestantes no período do levante indígena, a união das comunidades indígenas e educadores em luta por uma causa maior. Sua fala ganha força na construção da matéria, pois enfatiza o impacto dessa mobilização e evidencia a força dessa união.

Figura 12 - Trecho Conceição Holanda

Conceição Holanda, coordenadora-geral do Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp), definiu: "Isso aqui já ficou na história. Nunca nós tínhamos visto os povos tradicionais em unidade com os educadores do Pará".

FONTE: Sumaúma (2025)

Após, os agentes sociais Poró Borari e Lídia Borari fecham o grupo de agentes primários. Poró Borari é professor e coordenador da SOMEI de 27 aldeias e Lídia Borari é professora do Departamento de Educação do Conselho Indígena de Tapajós (CITA). Suas falas seguem debatendo a união construída entre educadores e a população indígena do estado. Essa fala está inserida num contexto de crítica ao governo, que tentou dividir os manifestantes. Ambos atuam como representantes dos educadores indígenas, abordando as dimensões que a Lei 10.820 alcança.

Figura 13 - Trecho 1 Poró Borari e 1 Lília Borari

"Nós, professores Indígenas do estado do Pará, precisamos ainda da lei do branco sobre o magistério, sobre a carreira do professor. Porque somos enquadrados nessa lei", explica Poró Borari, professor e coordenador do SOMEI em 27 aldeias. A professora Lília Borari, do Departamento de Educação do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA), lembra que a lei 10.820 também atinge trabalhadores da educação e estudantes Indígenas em contexto urbano — e quase metade da população Indígena paraense vive fora de terras Indígenas.

FONTE: Sumaúma (2025)

Considerando a autoridade dessas fontes, a reportagem traz outras falas de impacto dos líderes indígenas e, nos trechos seguintes, eles debatem diretamente como a Lei 10.820 mostra diversos problemas vivenciados pelas comunidades, sendo defensores da educação e da população indígena. Como veremos nos trechos seguintes dos agentes, na Figura 14, Lília critica as falas do governador do Pará, Helder Barbalho, e observa que seu discurso é uma difamação à comunidade. Depois, temos a fala de Paró em defesa de uma educação de qualidade que não exclua e tire as oportunidades, pois ele valoriza a educação e luta por um futuro para os seus povos.

Figura 14 - Trecho 2 Lília Borari

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou na Justiça contra o estado, reforçada pelo Ministério Público Federal, afirmando que o governador ataca os Indígenas "com base em inverdades" que podem gerar "xenofobia e discriminação". "Nós temos trabalhos duplos, triplos. Lutar contra o sistema, lutar contra fake news — porque a mídia do governo do estado é muito potente. E contra a engenhosidade de colocar um grupo de parentes contra outro. Bem colonizador, dos primórdios do Estado brasileiro. É o que está acontecendo no Pará", denuncia Lília Borari.

FONTE: Sumaúma (2025)

Em sequência, a narrativa traz novamente Paró (Figura 15), desta vez destacando a importância do seu discurso, pois ele atua em defesa de uma educação de qualidade que não exclua e tire as oportunidades e valorize a educação, lutando por um futuro para os povos.

Figura 15 - Trecho 2 de Poró Borari

Poró Borari, antes de ser professor, foi aluno da primeira turma do ensino médio modular Indígena. Ele é fruto de uma política que, mesmo precária, permitia que a educação escolar entrasse nos territórios, em vez de forçar a juventude a migrar para a cidade, com todos os impactos que essa mudança significa para um povo originário. O temor é que o ensino escolar vindo de um estúdio, através de uma tela, em vez de educação diferenciada, leve a vida da cidade para dentro dos territórios. A resistência de Poró é também para que as filhas Vitória, de 4 anos, e Wykihu, de 10, tenham direito de estudar.

FONTE: Sumaúma (2025)

O próximo agente da narrativa faz parte do grupo secundário da reportagem. O texto apresenta o governador do Pará sob a perspectiva de suas atitudes relacionadas às exigências dos manifestantes. Por meio de um ritmo narrativo envolvente, a reportagem intercala seus discursos, buscando contextualizar as informações apresentadas. O discurso de Helder Barbalho possibilita que o leitor compreenda como a esfera política tem visualizado e debatido a revolta da população. Novamente, percebemos que os agentes sociais de função política apresentam falas desconexas das realidades sociais, em todos os âmbitos, sejam eles sociais, ambientais, educacionais ou econômicos, podendo muitas vezes conter inverdades.

Nas Figuras 16 e 17 são apresentados trechos que ajudam a compreender o ritmo narrativo da reportagem, considerando as atitudes protagonizadas pelos manifestantes. E, na Figura 17, podemos observar as contradições discursivas.

Figura 16 - Trecho do primeiro comentário sobre o levante

O governador alega que o levante começou com a desinformação de que seria implantado o ensino a distância nos territórios. Mas já em maio de 2024 seu secretário de Educação, Rossieli Soares, circulava entre secretarias municipais de Educação que o Centro de Mídias da Educação Paraense, o Cemep, iria ampliar o acesso à educação pública com aulas telepresenciais, principalmente em "regiões remotas". Em agosto do ano passado, o secretário de Educação informou ao MPF a implantação de ensino médio "via Centro de Mídias" para o povo Parakanã da aldeia Itapeyga, na Terra Indígena Parakanã, no ano letivo de 2025.

FONTE: Sumaúma (2025)

Figura 17 - Trecho em que o governador muda de posicionamento

O grupo encontrou os portões amigavelmente abertos. Com o rosto pintado de urucum, Helder e o secretário Rossieli sentaram-se no chão, cercados pelos Indígenas. O governador entregou a minuta da lei de educação dos povos Indígenas do estado. "Isso é um legado que nós estamos deixando", disse em vídeo publicado em suas plataformas digitais.

FONTE: Sumaúma (2025)

Figura 18 - Trecho que evidencia discursos contraditórios

Enquanto Helder Barbalho falava de bioeconomia, mercado de carbono, concessões de floresta e restauro, pagamento por serviços ambientais em mesas do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, seu "capitalismo verde" ruía com o levante dos povos em Belém. Arapiun, Borari, Jaraki, Maytapu, Munduruku, Sateré-Mawé, Suruí, Tembé, Waiwai, Xikrin e outros tantos fizeram a Seduc virar Terra Indígena. Chegaram no dia 14 de janeiro, quando o governo anunciava que faltavam 300 dias para a "COP da Floresta". Logo em seguida, passou a se empenhar em expulsar a Floresta do prédio público destinado à educação.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após a narrativa contextualizar as atitudes e os discursos do governador Helder, o texto apresenta Salomão Hage, agente social do grupo de fontes secundárias. Hage analisa o fato da reportagem como um especialista, considerando sua atuação como coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia da Universidade Federal do Pará e do Fórum Paraense de Educação do Campo. Sua fala tem caráter analítico, pois apresenta uma crítica direta às decisões políticas que o estado do Pará tem vivenciado, especialmente na área educacional.

Figura 19 - Trecho Salomão Hage

A preocupação do movimento é que se aprofunde um desmonte da educação nos territórios. [De 8.776 escolas fechadas no Pará entre 2000 e 2023, cerca de 83% \(7.242\) eram rurais.](#) "A Lei de Diretrizes e Bases assegura que essas populações tenham uma educação diferenciada. Mas a única política que o governo tem para esses povos é o Centro de Mídias", acusa Salomão Hage, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia da Universidade Federal do Pará e do Fórum Paraense de Educação do Campo.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após, a narrativa traz Auricelia Arapium (Figura 20), pertencente ao grupo de agentes secundários. O trecho destaca que o manifesto não é reação reduzida à educação, mas que a população, especialmente os indígenas, estão buscando defender a sua história e

os seus territórios. Sua fala retoma a conexão com a COP 30, evento que discute pautas climáticas e sociais, afirmando também que o Estado não deveria estar negociando a educação. O trecho critica duramente o governo e debate o futuro por meio da educação. Vale destacar que o impacto desse discurso está associado à autoridade de Auricelia, já que ela é fonte de função representativa.

Figura 20 - Trecho 1 Auricelia

Para lideranças do levante indígena, a ofensiva de Helder Barbalho é contra os territórios que resistem aos projetos de destruição da Amazônia. "Não é só a pauta da educação. É a pauta da nossa vida, é a pauta dos nossos territórios", defende Auricelia. A revolta que irrompeu em Belém está conectada ao colapso climático, no ano em que o estado recebe a conferência global do clima, onde já não mais se negocia uma possibilidade de futuro, mas sim a vida no presente.

FONTE: Sumaúma (2025)

Considerando sua autoridade e função representativa, Auricelia segue apresentando as dimensões sociais e ambientais (Figura 20), discursando como porta-voz fiel da comunidade indígena. Ela apresenta as camadas de problemas que muitos povos vivenciam, enquanto o Estado desvia e esconde decisões que interferem no ciclo natural da Terra e afetam diretamente as comunidades.

Figura 21 - Trecho 2 Auricelia

"Enquanto estão falando de venda do carbono, os territórios continuam sendo invadidos. Aí não é falado da Ferrogirão (ferrovia planejada para cortar parte da floresta com o objetivo de levar a produção do agronegócio, especialmente a de grandes corporações transnacionais). O agronegócio se intensifica. Continua o garimpo. A gente sofre pelas catástrofes climáticas. Tem aldeias que estavam bebendo água com lama. Os peixes morreram. Apesar de o rio ser contaminado pelo mercúrio, é a nossa principal fonte de alimento. Então há uma destruição geral", analisa Auricelia Arapiun. As pontas de cada ato do governo do estado, segundo o professor Bruno Malheiro, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), estão amarradas na racionalidade que produz essa destruição.

FONTE: Sumaúma (2025)

No mesmo trecho, a narrativa toma um novo ritmo, de esclarecimento, crítica e denúncia sobre como as atitudes do governo do estado afetam diretamente a sobrevivência e a memória das comunidades indígenas. Segundo o agente social Bruno Malheiro, agente do grupo de fontes secundárias e correlacionado à sua atuação na área educacional, como professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), essas atitudes

buscam enfraquecer a pasta de direitos humanos e a agricultura familiar por meio de ataques à educação, decisões movidas por interesses econômicos (Figura 22).

Figura 22 - Trecho Bruno Malheiro

Na análise de Bruno Malheiro, há um elo entre essas políticas do estado. Da tentativa de enfraquecer pastas de direitos humanos e agricultura familiar ao desmonte da educação nos territórios. Da tentativa de controlar e centralizar a comunicação e a cultura à fragmentação de povos Indígenas. Do incentivo a corredores logísticos como hidrovias, ferrovias e portos à financeirização da Amazônia. “Essa conexão faz parte de uma racionalidade, que flerta com o autoritarismo, de pensar o desenvolvimento a partir da liberação de terras para a expansão das commodities (mercadorias), sejam elas minerais, agrícolas ou a própria floresta, via crédito de carbono.”

FONTE: Sumaúma (2025)

No mesmo ritmo, a narrativa traz a agente social Margareth Mayatapu, coordenadora do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA). Sua fala denuncia como foram recebidos em ambiente público e também critica e denuncia as atitudes dos profissionais de segurança pública. Além disso, Margareth destaca que a locação do lugar foi intencional, demonstrando que a comunidade indígena pode se unir e defender seus direitos. Para ela, a COP 30 iniciou no dia 14 de fevereiro, tendo em vista que esse movimento simboliza a união das comunidades.

Figura 23 - Trecho Margareth Mayatapu

Os povos encontraram os portões da Secretaria de Educação fechados para eles. Ao entrarem, anteciparam o início da conferência do clima. “A COP30 começou dia 14”, afirma Margareth Mayatapu, coordenadora do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA). “Não pegaram a gente de surpresa com a lei? Nós também não avisamos que viríamos.” A recepção quem deu foi a Polícia Militar. Spray de pimenta nos banheiros, corte de água e energia, imprensa e advocacia barradas. Indígenas denunciaram que, à noite, policiais usaram lanternas para focar mulheres enquanto elas tomavam banho no único chuveiro do local.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após a expansão do levante indígena, que despertou o apoio de diversas comunidades indígenas e trabalhadores da educação, a causa seguia sem respostas precisas. Além disso, as comunidades eram ignoradas pelas autoridades públicas, mas a relevância da COP 30, apesar de todo o caos instaurado. Diante disso, foi necessário às autoridades

representativas mediar a negociação com o governador Helder Barbalho. Essa contextualização do fato envolve a fala do agente social de função representativa Maurício Terena, coordenador jurídico da associação indígena, a qual critica a maneira que o governador busca solução rápida sem um diálogo com as comunidades.

Figura 24 - Trecho Maurício Terena

Por conta da lei 10.820, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) entrou com ação direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra o estado do Pará. No dia 3 de fevereiro, a ministra Cármen Lúcia determinou que o governo do Pará e a Assembleia Legislativa prestem informações em no máximo cinco dias. Representantes da APIB também passaram pela futura sede da COP30. “Existe uma tentativa de dar um verniz de resolução ao problema por parte do governo, só que essa resolução passa por uma forma muito equivocada, e a gente disse isso pro governador. É necessário dar um passo para trás”, alertou Maurício Terena, coordenador jurídico da associação indígena.

FONTE: Sumaúma (2025)

A narrativa busca mostrar a história por trás desse levante indígena, apresentando os fatos com diversas fontes. Ela segue um ritmo narrativo que possibilita visibilidade às comunidades indígenas e educadores. A reportagem cumpre seu objetivo ao contar a história desse levante e também ao anunciar ao mundo o que devem esperar na COP 30: os povos da Amazônia estão prontos para lutar por seus direitos e prontos para defender as causas socioambientais. Além disso, a reportagem foi ética ao solicitar posicionamento de todos os envolvidos; entretanto, não obteve resposta.

4.3 Diplomatas da floresta lutam para conquistar um lugar no centro do debate

A reportagem seguinte faz parte da mesma editoria do “Amazonizando a COP”, escrita também pelo jornalista Guilherme Guerreiro, com o título “Diplomatas da Floresta lutam para conquistar um lugar no centro do debate”. Essa reportagem mostra como as lideranças indígenas, movimentos sociais e organizações da Amazônia estão se preparando para receber a COP 30 com nove meses de antecedência. A narrativa destaca como os defensores da floresta pretendem ocupar o lugar que costuma ser das autoridades políticas, as quais dominam, muitas vezes, com discursos de interesses econômicos, como nos últimos três anos de COP. Além disso, o texto faz referência às mobilizações anteriores, como aconteceu na sede da educação. As comunidades indígenas, movimentos sociais e organizações pedem para que a Amazônia não seja apenas um cenário da COP 30.

4.3.1 Agentes sociais e funções

A reportagem possui 13 agentes sociais e cada um pertence a um grupo específico de fontes: são duas fontes especialistas, uma de referência e 10 fontes do grupo institucional.

Tabela 6 - Classificação dos Agentes de acordo com o grupo de fontes da Reportagem

3

Agentes	Categorias
Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria	Especialista
Marcela Vecchione	Especialista
Cleidiane Vieira	Institucional
Sineia do Vale	Institucional
Dinamam Tuxá	Institucional
G9	Referência
Toya Manchineri	Institucional
Angelica Mendes	Institucional
Kátia Penha	Institucional
José Absalon	Institucional
Walter Limache	Institucional
Claudelize Santos	Institucional
Waleska Queiroz	Institucional

FONTE: A autora (2025)

Os agentes, de modo semelhante, mantêm as categorias institucionais como a maioria, como as reportagens anteriores, com destaque para as fontes especializadas e institucionais. A seguir, na Tabela 7, vemos quais funções esses agentes sociais exercem na reportagem.

Tabela 7 - Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 3

Categoria	Função
-----------	--------

Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria	Técnica
Marcela Vecchione	Técnica
Cleidiane Vieira	Representativa
Sineia do Vale	Representativa
Dinamam Tuxá	Representativa
G9	Referencial
Toya Manchineri	Representativa
Angelica Mendes	Representativa
Kátia Penha	Representativa
José Absalon	Representativa
Walter Limache	Representativa
Claudelize Santos	Representativa
Waleska Queiroz	Representativa

FONTE: A autora (2025)

A partir dessa classificação, compreendemos a profundidade da narrativa, pois cada agente social possui um papel bem definido, trazendo informações diversas para o leitor se apropriar do contexto e das dimensões sociais apresentadas. A seguir, está a análise sobre esses agentes e suas determinadas funções, além das categorias de especialista e referência na matéria.

4.3.2 Estrutura da Reportagem

Agora, vamos observar em quais grupos esses agentes sociais estão inseridos. A reportagem apresenta uma narrativa que ajuda o leitor a compreender o fato e o impacto da discussão envolvendo diplomatas para a COP 30. Além disso, o texto esclarece sua intenção de permitir que os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas e aos movimentos sociais que defendem a floresta Amazônia tenham seus devidos espaços.

Cleidiane Vieira, coordenadora do Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB) e integrante do comitê da Cúpula dos Povos, faz parte do grupo de agentes primários da matéria. Seu destaque na reportagem aparece ao longo da narrativa, pois ela

vivência e apresenta o fato central. A sua fala possui impacto significativo na narrativa, já que ela tem participação ativa nas instituições indígenas. A Figura 25 exemplifica para o leitor o que é a Cúpula dos Povos, encontro organizado pelos movimentos sociais, populações indígenas, ONGs que defendem a causa socioambiental.

Figura 25 - Trecho 2 Cleidiane Vieira

"Belém sempre foi e vai ser um grande território de luta", considera Cleidiane Vieira, coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na Amazônia e integrante do comitê operativo da Cúpula dos Povos. A Cúpula já agrega mais de 500 organizações sociais do Brasil e de outros países das Américas, da África, da Ásia e da Europa. A previsão é reunir cerca de 30 mil pessoas na COP-30 em uma programação paralela que inclui plenárias, atividades culturais, a marcha pelo clima e a assembleia geral mundial.

FONTE: Sumaúma (2025)

Logo a seguir, a narrativa conta com a fala de outros agentes sociais e, em alguns momentos, retorna para Cleidiane, quando suas falas possuem mais intensidade crítica, explicando como a Cúpula dos Povos atua de maneira mais significativa, debatendo temáticas sob a perspectiva de quem sente os efeitos climáticos, pois essas discussões costumam acontecer de maneira superficial.

Figura 26 - Trecho 3 Cleidiane

Em fevereiro, o Conselho de Participação Social da Presidência da República recomendou ao governo brasileiro que mantenha interlocução com a Cúpula, enquanto movimento autônomo da sociedade civil organizada. Mais um passo para garantir a participação dos "sem-parte". "As Partes [países participantes] não são quem está sofrendo na ponta as mudanças climáticas. A negociação das Partes fica entre os governos. Mas não tem uma saída para a crise climática se não envolver quem de fato sente os efeitos. E também sem envolver quem protege. A Amazônia só está de pé porque nós a estamos protegendo", reivindica Cleidiane Vieira.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após as primeiras falas de Cleidiane, aparece o especialista Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, uma organização que apoia comunidades do oeste do Pará. Agente do grupo secundário, sua função na reportagem vai além da análise técnica, evidenciando a necessidade de mobilizações fortes como resposta aos discursos negacionistas que buscam deslegitimar as comunidades da Amazônia (Figura 27). Ao mesmo tempo, destaca como as populações enfrentam o silêncio do Estado, isso tudo a partir de uma perspectiva próxima das comunidades, por sua atuação institucional.

Figura 27 - Trecho Caetano

Caetano Scannavino, coordenador do Projeto Saúde e Alegria, organização que apoia comunidades do oeste do Pará há quase 40 anos, afirma que a pressão social é necessária para que o debate saia da letargia que interessa aos inimigos do clima. "A conjuntura mundial está pedindo uma mobilização maior da sociedade organizada. Até como contraponto ao que a gente vem testemunhando nos movimentos nacionalistas, liderados agora pelo Donald Trump, no crescimento da extrema direita, no ataque ao multilateralismo."

FONTE: Sumaúma (2025)

Na sequência, Marcela Vecchione, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, pertencente ao mesmo grupo de agentes secundários, analisa a relevância da Cúpula do Povo pelo destaque social que ela assume, considerando como encontros desse tipo despertam atenção da sociedade, que passa a reconhecer a luta existente. Esse trecho complementa a matéria de maneira rica, pois junta as informações anteriores e finaliza com uma perspectiva mais ampla.

Figura 28 - Trecho Marcela Vecchione

Em 2024, diplomatas populares dos movimentos sociais se reuniram com diplomatas de carreira do Brasil para que o conhecimento da sociedade organizada, acumulado pelas diversas organizações de base que a compõem, seja considerado pelos negociadores. Para Marcela Vecchione Gonçalves, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, é importante ter essa outra diplomacia disputando o que vai ser o interesse nacional. "A Cúpula dos Povos traz esse interesse sendo disputado pelos de baixo. Por aqueles que, usualmente, têm menos poder para ter sua voz operando na construção da política climática, que é uma política pública internacional."

FONTE: Sumaúma (2025)

A reportagem apresenta também a agente social de função representativa, Sineia do Vale. Sua fala está associada ao fato de que a reportagem apresenta o espaço das vozes indígenas nas discussões referentes à COP 30. A fala de Sineia não apenas reforça a representatividade indígena, mas também defende que nas COPs seja mantido os espaços para os povos originários, não priorizando apenas o interesse do Estado e silenciando os defensores da floresta, os quais vivem diretamente os impactos socioambientais (Figura 29).

Figura 29 - Trecho 2 de Sineia do Vale

A nova copresidenta do Caucus é coordenadora do departamento de gestão territorial, ambiental e mudanças climáticas do Conselho Indígena de Roraima e coordenadora nacional do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas. "A gente precisa entender o que é uma COP, como é que a gente participa de fato dentro desses espaços técnicos, como podemos levar as vozes dos povos Indígenas", considera Sineia. No final de janeiro, a copresidenta do Caucus se reuniu com o presidente da COP-30, o embaixador André Corrêa do Lago, em Brasília. Sineia do Vale pediu que seja mantido, como nas últimas COPs, um Pavilhão Indígena na Zona Azul, onde é possível dialogar com os tomadores de decisão dos países. O embaixador confirmou a ela que assim será.

FONTE: Sumaúma (2025)

O texto segue apresentando as causas indígenas, mas, ao incluir a Aliança Global de Comunidades Territoriais, a reportagem apresenta a intenção de ampliar o debate político. Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib, complementa essa intenção narrativa, pois destaca como é importante debater os conflitos locais em outros ambientes, os quais possibilitam maior visibilidade ou reconhecimento (Figura 30). Ao seguir nesse ritmo, a matéria enriquece o conhecimento do leitor e também expõe a falta do Estado, razão pela qual o levante dessas comunidades é tão significativo.

Figura 30 - Dinaman Tuxá

A luta pelos direitos da Mãe Terra e de 35 milhões de pessoas que vivem em florestas deu origem a outro movimento, a Aliança Global de Comunidades Territoriais. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) é uma das cinco organizações do mundo que formam a Aliança. "Nós temos conseguido agendas no âmbito internacional com agentes, governantes e países a que talvez uma organização só não conseguiria chegar", avalia Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib. Na COP de Dubai, a Aliança conseguiu agenda com o enviado dos Estados Unidos para o clima e teve acesso às negociações.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após, a reportagem apresenta um agente de função referencial: o grupo G9 da Amazônia. Sua função é propor acordos para COP 30, representando as exigências indígenas e garantindo um espaço (Figura 31). A seguir, os líderes apresentam suas críticas ao Estado, numa carta lançada no final de um encontro. A narrativa se completa ao evidenciar que os discursos e atitudes políticas se sobrepõem aos pedidos dos indígenas, enquanto os movimentos estão determinados a defender a Amazônia percorrendo um caminho de diálogo.

Figura 31 - G9 da Amazônia

A ação Indígena também se fortalece com a formação do G9 da Amazônia Indígena, que congrega organizações dos países da Bacia Amazônica. O G9 articulou estratégias para a COP-30 durante reunião recente em Manaus. Em carta lançada ao final do encontro, os representantes dos povos da Pan-Amazônia afirmam que não aceitarão promessas vazias ou compromissos sem ações concretas dos governos, demandam que a arquitetura financeira da ONU considere as organizações Indígenas e exigem que os governos respeitem a autonomia e a autodeterminação dos territórios. O texto frisa que é hora de um balanço ético global sobre o clima e conclama: "Queremos uma aliança intercontinental pela vida no planeta. Se depender de nós, o céu não irá desabar".

FONTE: Sumaúma (2025)

Além disso, a reportagem traz Toya Manchineri como um agente de função representativa, expondo diretamente as demandas expressas na carta, especialmente a defesa da demarcação das Terras Indígenas, reforçada pelos dados do MapBiomás. Nesse trecho, Toya reforça a urgência do debate ao relatar sua vivência e como seu território foi afetado pelas mudanças climáticas. Dessa forma, a narrativa segue contextualizando as informações e evidenciando a importância das lideranças indígenas nos processos decisivos da COP.

Figura 32 - Trecho Toya

Em 2024, ano mais quente da história em 100 mil anos, Toya viveu as consequências das mudanças climáticas no próprio território, a Terra Indígena Mamoadate, localizada no Acre, na fronteira do Brasil com o Peru. "Foi muito ruim pra gente. O Rio Iaco secou bastante. Em setembro eu andei mais empurrando a canoa do que dentro dela. Pra comunidades que dependem do rio, às vezes fica distante pra buscar água", conta. O G9 volta a se encontrar em junho para tentar conter o colapso. Desta vez em Belém, juntando aliados para definir as estratégias para ampliar participação e influência.

FONTE: Sumaúma (2025)

A sequência traz novamente a agente social Marcela e apresenta como essas atitudes não são recentes; a população indígena sempre se uniu em defesa da Amazônia. Ela destaca como foram os conflitos, mas também propõe soluções. Esse trecho conta em detalhes a história da floresta e evidencia como esses conflitos não são novos, reforçando que os moradores do território a defendem. Inserida nesse contexto, a matéria traz Angélica Mendes, reconhecida pela causa socioambiental e pela trajetória de sua família; neta de Chico Mendes, ela segue presente na defesa da floresta.

Figura 33 - Trecho Angélica Mendes

Com a Aliança dos Povos da Floresta, em 1987, lideranças como o cacique Raoni Metuktire, do povo Mebêngôkre Kayapó, e o líder seringueiro do Acre Chico Mendes passaram a lutar juntos pela proteção da Amazônia. "Foi um marco de diplomacia. E eles tiveram conquistas, como a demarcação de Terras Indígenas e de reservas extrativistas", afirma Angélica Mendes, neta de Chico Mendes e integrante do Comitê Chico Mendes. O potencial dessa união contra a grilagem (roubo) de terras públicas da Floresta foi uma das causas do assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988.

FONTE: Sumaúma (2025)

A narrativa apresenta as comunidades indígenas que estão inseridas na cúpula e nas discussões da COP 30. A reportagem inclui também as comunidades negras e quilombolas que fazem parte desse processo. Nesse trecho, a reportagem destaca o papel desses grupos na defesa das causas socioambientais e, em tom semelhante ao anterior, reforça a importância de conhecer todos os envolvidos na proteção da floresta e do planeta.

Para complementar essa narrativa, a reportagem segue com agentes representativos, como Kátia Penha, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que reforça a importância do reconhecimento e da titulação dos territórios quilombolas.

Além disso, a narrativa traz o agente representativo José Absalón, que critica a exclusão das populações afrodescendentes nos acordos internacionais, destacando que eles não aparecem na Convenção do Clima e nem no Acordo de Paris. Sua fala reforça que é preciso mudar esse cenário e valorizar o conhecimento ancestral, esse deve ser o compromisso do Brasil ao sediar a COP 30.

Figura 34 - Trecho Kátia Penha e José Absalón

Katia Penha, da Conaq, reforça a importância do reconhecimento dos territórios para enfrentar o colapso climático. E reivindica: "Nós ainda não estamos nas mesas de negociação para propor o que queremos. O primeiro eixo é a titulação dos territórios Quilombolas. Só assim teremos território preservado, floresta de pé e sociobiodiversidade". Este ano, Conaq e PCN seguem unidos, em reuniões e trabalhos coletivos, de olho em Belém. "Na Convenção sobre Mudanças Climáticas e no Acordo de Paris, nós, afrodescendentes, não estamos refletidos. Toda a riqueza e o conhecimento ancestral estão invisibilizados", afirma José Absalón Suárez, do Processo de Comunidades Negras. Para mudar esse apagamento, a meta é fazer com que os governos de Brasil e Colômbia mantenham na COP-30 os mesmos compromissos assumidos na COP-16, da biodiversidade.

FONTE: Sumaúma (2025)

O debate segue apresentando os espaços que antecedem a COP 30, introduzindo o Fórum Social Pan Amazônico (FOSPA) e seu papel histórico na Amazônia. Inserido nesse

contexto, aparece o agente social Walter Limache, que exerce função representativa e complementa a narrativa ao destacar que há mais de 20 anos os povos da Amazônia utilizam o Fospa para denunciar as violações de direitos e defender seus territórios. Além disso, a reportagem mostra que as mobilizações não começaram agora e que a COP apenas é incluída nessa trajetória.

Figura 35 - Trecho Walter Limache

O caminho até a COP de Belém está semeado por encontros diplomáticos anteriores sediados na cidade. Em 2022, a capital do Pará sediou o Fórum Social Pan-Amazônico, o Fospa, espaço de debate popular. "Há mais de 20 anos as vozes dos povos da Amazônia se expressam no Fospa sobre a violação dos direitos humanos, dos direitos dos territórios e dos direitos da Mãe Terra", destaca Walter Limache, membro do comitê internacional do Fórum e da coordenação do Fospa 2024, que passou pelas cidades de Rurrenabaque e San Buenaventura, na Amazônia boliviana.

FONTE: Sumaúma (2025)

A narrativa se encaminha para o fim e apresenta Claudelice Santos, que exerce função representativa em sua fala, levando em consideração sua atuação como coordenadora da instituição Zé Maria. Ela destaca que estes eventos, como a COP, são essenciais para trazer as verdadeiras temáticas que devem ser abordadas, as quais possuem maior proximidade com a floresta (Figura 36). Além disso, a reportagem evidencia que Claudelice denuncia a exclusão dos povos dos espaços oficiais e apresenta a COP do Povo.

Figura 36 - Trecho 1 de Claudelice

As bases populares que emanam da Floresta criaram coalizões como a COP dos Povos. O movimento questiona as estratégias de participação e os significados da negociação definidos pela ONU. "Na COP, discutem carbono. Para nós, é a Floresta, que possui uma diversidade de vida, que respeitamos. Na COP, é o petróleo. Para nós, é um rio, um território sagrado. Essa é a diferença. Eles tratam tudo como mercado, como mercadoria. Mas para nós, é uma vida que precisa ser respeitada. O que inclui a vida da comunidade", explica Claudelice Santos, coordenadora do Instituto Zé Cláudio e Maria. A COP dos Povos realiza trabalho de base, explicando nos territórios como funcionam os espaços oficiais e como eles excluem.

FONTE: Sumaúma (2025)

Além disso, a reportagem traz um trecho ainda mais profundo, pois a fonte representa também uma causa marcada pela busca pela defesa de justiça dos seus parentes que foram vítimas de assassinatos por serem defensores da floresta (Figura 37). Sua fala

exige que essas vidas sejam pautadas nas negociações e também destaca como essas causas são frequentemente excluídas aos olhares das políticas atuais.

Figura 37 - Trecho 2 de Claudelice

Claudelice é irmã de José Cláudio Ribeiro da Silva, também conhecido como Zê Cláudio. Ele e sua companheira, Maria do Espírito Santo, ambientalistas do assentamento agroextrativista de Praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, foram assassinados em 2011. Um dos homens que ordenou o crime, José Rodrigues Moreira, foi condenado a 60 anos de prisão pelos dois homicídios, mas está foragido. "Isso deveria estar na pauta das negociações. Todas as vidas que foram dadas para manter a floresta de pé, para manter os rios correndo nas veias da Terra", diz Claudelice. Por aqueles que já se foram e por aqueles que ainda virão, ela continua lutando. Em fevereiro, participou da Conferência de Defensores da Floresta, na Guiné-Bissau. Uma das ações durante a COP será o Tribunal Popular, que realizará um julgamento sobre uma lista negra de governos e empresas que ainda não foi divulgada.

FONTE: Sumaúma (2025)

O trecho final da reportagem tem a fala da agente social Waleska Queiroz, representante da Baixada. Ela segue a crítica às políticas atuais da COP e destaca como deve ser o compromisso da Conferência das Partes, com uma narrativa que também apresenta a proposta das Yellow Zones (Zonas Amarelas) na COP, criadas para que as periferias não sejam apagadas durante o evento e tenham um espaço (Figura 38). O texto mostra que, mesmo que esse espaço ainda esteja em discussão, a COP já começou nos debates feitos pelos representantes sociais.

Figura 38 - Trecho de Waleska Queiroz

Podem os "sem-parte" falar? Por diferentes caminhos, graças ao trabalho coletivo de ação e imaginação política, brechas estão sendo abertas. Mas a luta é também para saber se vão os Estados-parte escutar. Em Baku, não teve escuta nem acordo. Os países ricos travaram as negociações. Se a COP da Amazônia repetir o fracasso, o colapso vai se aprofundar. A possibilidade de legado diplomático vem dessas tantas frentes de pressão dos povos. Assim acredita a diplomata de Belém Waleska Queiroz: "Esse legado, que falam que vai ser construído pela COP, está sendo feito pelas mãos dos movimentos sociais".

FONTE: Sumaúma (2025)

Assim, a reportagem dá visibilidade aos defensores da floresta. A narrativa apresenta o contexto num ritmo envolvente, pois, em cada trecho, traz a história que eles defendem, mostrando para o leitor como esses assuntos são de grande importância e muitas vezes podem ser excluídos das políticas, uma vez que os líderes não correspondem às

temáticas. O texto apresenta fatos dando a devida importância e atenção aos defensores. Além disso, a reportagem é completada por um conteúdo com informações que ajudam o leitor a compreender o assunto de maneira ampla e destaca as falhas do Estado e das políticas ambientais.

4.4 Árvores fakes são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a Cop 30

A reportagem “Árvores fakes são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a COP 30”, escrita pelo jornalista Guilherme Guerreiro Neto e publicada no dia 4 de abril de 2025, mostra a decisão do estado do Pará em instalar estruturas de metais que imitam árvores, as chamadas “árvores fakes” ou “árvores ecológicas”. Apesar do nome “ecoárvores”, elas não estão de acordo com os princípios da COP. A reportagem também enfatiza como essas obras afetam a comunidade e colocam a vegetação em risco e mostra o discurso contraditório das autoridades políticas.

4.4.1 Agentes sociais e funções

A reportagem possui 12 agentes sociais de diversos grupos, sendo dois especialistas, dois populares, dois instrucionais e seis oficiais. Na Tabela 8, temos os agentes sociais e suas classificações.

Tabela 8 - Classificação dos agentes de acordo com grupo de fontes da Reportagem 4

Agentes sociais	Classificação
André Farias, professor do Núcleo de Meio Ambiente	Especialista
Ana Modesto	Popular
Secretaria de Obras	Oficial
Associação dos Moradores do Conjunto Médico	Institucional
Governo do Pará	Oficial
Arthur Cardoso	Institucional
Angela Gemaque	Especialista
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Oficial

Cândido Ferreira Neto	Oficial
Coalizão COP do Povo	Oficial
Ida Martins	Popular
Ministério Público do estado do Pará	Oficial

FONTE: A autora (2025)

A partir dessa classificação, a reportagem apresenta como o ritmo narrativo será direcionado, pois possui agentes sociais de categorias semelhantes. Essas fontes ajudam o leitor a compreender o nível de seriedade que essa temática possui, sendo uma das poucas reportagens que contam com um grupo popular. Na Tabela 9, podemos observar quais funções esses agentes sociais exercem.

Tabela 9 - Funções desempenhadas pelos agentes sociais na Reportagem 4

Agentes sociais	Funções
André Farias, professor do Núcleo de Meio Ambiente	Técnica
Ana Modesto	Contextualizar
Secretaria de Obras	Política
Associação dos Moradores do Conjunto Médico	Representativa
Governo do Pará	Política
Arthur Cardoso	Representativa
Angela Gemaque	Representativa
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Política
Cândido Ferreira Neto	Técnica
Coalizão COP do Povo	Representativa
Ida Martins	Contextualizar
Ministério Público do estado do Pará	Política

FONTE: A autora (2025)

Em sequência, observamos como essas funções ajudam a complementar a narrativa da reportagem e quais grupos estão inseridos. Essa estrutura ajuda o leitor a compreender

a dimensão do tema e formular um pensamento crítico sobre as decisões políticas atuais, especialmente as que afetam a população.

4.4.2 Estrutura da Reportagem

A reportagem apresenta o agente social com função de grupo primário de maneira distinta, pois o agente primário não apenas vivencia o acontecimento, mas é responsável pela definição do fato da matéria e também é alvo de críticas. Ou seja, o governo do Pará, mais especificamente Helder Barbalho, é essa figura central; por isso essa matéria possui uma quantidade significativa de agentes sociais do grupo político.

A narrativa apresenta de maneira dinâmica o que são as árvores ecológicas e como elas são uma escolha irracional ao serem feitas meses antes de sediar um dos maiores eventos de debate ambiental que têm interface com a natureza. Nesse contexto, a reportagem traz o agente de função técnica, o professor André Farias, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade do Pará, que analisa a atual situação da cidade de Belém, que perdeu grande parte da vegetação nos últimos 20 anos. Ele apresenta de maneira crítica a gravidade da situação e destaca a negligência das autoridades e a falta de políticas públicas.

Figura 39 - Trecho 1 de André Farias

A cidade que sediará a COP30 em novembro foi a quinta capital brasileira que mais perdeu vegetação urbana entre 2003 e 2023, com mais de 500 hectares, de acordo com o MapBiomas. "Para áreas urbanas, isso é muito", avalia o professor André Farias, do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (Numa/UFPa). "É dramática a situação de arborização e proteção das áreas verdes em Belém e na região metropolitana. Seja por falta de políticas públicas efetivas, seja pela pressão de grandes empreendimentos, que trazem junto uma especulação imobiliária das áreas."

FONTE: Sumáuma (2025)

Na sequência, a reportagem traz outro agente social de função secundária, que comenta como as “ecoárvores” afetam a vida cotidiana dos cidadãos. A narrativa apresenta sua fala dentro de uma contextualização real, valorizando sua trajetória de vida. Além disso, sua fala destaca de maneira crítica que essas árvores são apenas uma estrutura visual para o evento que se aproxima e não se trata de uma decisão pensada para beneficiar a população.

Figura 40 - Trecho de Ana Modesto

Ana Modesto, de 41 anos, convive diariamente com os efeitos da falta de verde na cidade. Ela pula da cama antes das 2 horas da manhã para preparar salgados, bolos e abastecer sua bike-lanches para as vendas do dia. Logo que amanhece, chega à entrada do Terminal Hidroviário do Porto de Belém. Às 14 horas do último dia 26, Ana usava uma balaciava para cobrir a cabeça e o pescoço, deixando apenas olhos, nariz e boca de fora. “É por causa do calor. Sem isso aqui, eu não consigo nem ficar parada.”

Da calçada onde Ana tira o sustento, dá para ver o espaço em obras onde foram instaladas as primeiras *árvores fake* da cidade. O governo do Pará pretende fincar 80 árvores do tipo no Parque Linear da Doca, que recebe aporte financeiro de Itaipu Binacional, e mais 100 no Parque Linear da Tamandaré, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Doca e Tamandaré eram dois corpos de água que a urbanização sufocante cimentou, transformou em canais e despejou esgoto. Agora, na preparação da cidade para a COP30, vão virar parques, e a solução paisagística celebrada pelo poder público foi pendurar plantas em estruturas de metal nesses locais. “Não precisava ter um troço desse aí artificial. Poderia ser plantado”, opina Ana.

FONTE: Sumaúma (2025)

Em sequência, a narrativa apresenta a resposta da Secretaria do Estado do Pará, representada pela arquiteta Naira Carvalho, responsável pelo projeto. Sua fala explica como ela visualiza as “ecoárvores” e como suas estruturas possuem os mesmos benefícios de uma árvore natural. No entanto, esse argumento é refutado logo depois pelo especialista André Farias, que analisa e critica o projeto ao longo da reportagem e evidencia como o projeto possui diversas falhas para ser considerado uma iniciativa “ecológica”.

Figura 41 - Trecho 1 da Secretaria de Obras

O governo do Pará afirma que plantará árvores reais nos locais também. Mas considera as árvores artificiais ecológicas porque os vergalhões foram reaproveitados. A arquiteta responsável pelo projeto, Naira Carvalho, da Secretaria de Obras Públicas do Pará, diz que a inspiração veio das *superárvores* de Singapura – que, diferentemente da versão paraense, atuam como exaustoras de ar, coletoras de energia solar e de água da chuva – e alega que a *ecoárvore* traz os benefícios de uma árvore natural. Mas o professor André Farias discorda. “Não é porque está fazendo reaproveitamento de material que é efetivamente ecológica. Quais são os serviços ecológicos de uma árvore?”

FONTE: Sumaúma (2025)

A reportagem traz também outras consequências do projeto, mostrando como a cidade vem sendo diretamente afetada pelas ideias do governo. O texto expõe dados sobre desmatamento e destaca a reação da população, por meio de iniciativas dos agentes sociais de função representativa, como o município de Belém e a Associação dos Moradores do Conjunto Médici. Esse trecho mostra como os projetos afetam o meio ambiente e não causam consequências leves; normalmente avançam de forma discreta, mas intensa, exigindo uma intervenção da sociedade.

Figura 42 - Trecho do município de Belém e da Associação dos Moradores do Conjunto Médici.

Além de derrubarem árvores, o prolongamento e a duplicação da Rua da Marinha, com extensão de 3,5 quilômetros, também causaram danos ambientais ao Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren, segundo o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Em setembro de 2024, o órgão entrou na Justiça com uma ação civil pública em que pedia a suspensão imediata das obras por falta de licenciamento ambiental municipal, estudo de impacto ambiental e consulta pública. O município de Belém e a Associação dos Moradores do Conjunto Médici, que fica próximo à via, se manifestaram no processo contra a expansão. A obra foi suspensa pelo juiz Raimundo Santana em liminar de 5 de novembro, sob pena de multa diária de 100 mil reais. Oito dias depois, diante da alegação da Procuradoria-Geral do Estado de que a paralisação causaria impacto na realização da COP e no financiamento do BNDES, o desembargador Roberto de Moura, sem analisar o mérito da ação, suspendeu a liminar. O governo do estado afirma que houve licenciamento e acompanha os impactos ambientais da área. O BNDES informa que o projeto está em fase de análise no banco, etapa que prevê a verificação de requisitos técnicos, ambientais e jurídicos da proposta de financiamento.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após esse percurso narrativo, a reportagem traz a declaração oficial do governo do Pará em uma explicação extensa sobre a construção da Avenida Liberdade. A obra atravessa áreas de proteção ambiental, ameaça a fauna e, segundo o especialista André Farias, coloca espécies em risco de extinção. Enquanto isso, o governo afirma que os impactos já eram previstos e que todas as medidas necessárias constam no Plano de Controle Ambiental; assim, a reportagem evidencia o discurso político, destacando como os discursos seguem técnicos.

Figura 43 - Trecho 1 do governo do Pará

Parque do Utinga, que antes vinha mantendo sua área de Floresta preservada, está ameaçado. "Agora, com a Avenida Liberdade, o parque pode sofrer um processo de degradação ambiental, colocando em risco, além da fauna e da flora, os recursos hídricos." O Relatório de Impacto Ambiental da Avenida Liberdade identificou três espécies vegetais ameaçadas de extinção na área de influência do projeto: a Ucuuba, a Seringa e o Acapú. Quatro espécies de aves presentes na área estão vulneráveis ou quase ameaçadas de extinção: o Tucano-de-papo-branco, o Tucano-de-bico-preto, a Choca-preta-e-cinza e a Maracanã. O governo do Pará, no entanto, afirma que a avenida está sendo construída em uma área já habitada, "em que o traçado acompanha um linhão de energia, seguindo a faixa onde a vegetação foi anteriormente suprimida". Também disse que a obra já estava prevista antes da COP e que "todas as ações de mitigação dos impactos nos corpos d'água e nas áreas direta e indiretamente afetadas estão previstas no Plano de Controle Ambiental".

FONTE: Sumaúma (2025)

Após essa contextualização, a narrativa apresenta a comunidade que é afetada diretamente pelas obras do governo. Para complementar esse trecho, temos a fala de Arthur Cardoso, representante da juventude do Quilombo Abacatal, em Ananindeua. Ele descreve como está a situação da comunidade e mostra que essas atitudes do governo não priorizam o bem-estar local. Pelo contrário, a justificativa apresentada é de garantir estratégias superficiais, enquanto a fauna é reduzida sob a ideia de preservar o percurso comum da natureza.

Figura 44 - Trecho do Arthur

A avenida Liberdade rasga, ainda, as proximidades do Quilombo Abacatal, em Ananindeua, que resiste há mais de 300 anos, apesar da pressão de lixões, linhões e outras formas de sufocamento do território causadas pelo mundo urbano. Arthur Cardoso, coordenador da juventude do quilombo, conta que o governo não respeitou a consulta nem as compensações prometidas à comunidade. O governo nega. "Eles vieram, desmataram tudo ao redor. Muitas pessoas da comunidade vivem do extrativismo, vivem da pesca, vivem da caça. Com o desmatamento ao redor da comunidade, isso acaba."

FONTE: Sumaúma (2025)

Após, a narrativa destaca Angela Gemaque, agente de função representativa, do Coletivo Canteiros Verdes, Cidade Viva. Angela argumenta sobre a intenção do município e de uma empresa em plantar outras árvores para substituir as que estão sendo arrancadas para a obra; entretanto, ainda não foi definida uma data para essa ação. Sua fala evidencia o descontentamento com a iniciativa e a revolta diante de como essas decisões estão presentes nas vésperas de um evento de debate climático, explicando que uma ação realmente pensada em favor do meio ambiente seria mais cuidadosa que as obras realizadas para “reduzir” ou “reciclar”.

Figura 45 - Trecho de Angela Gemaque

A empresa responsável pela obra e a prefeitura não dão explicações a quem vive ali sobre a previsão do replantio de árvores em substituição às que foram arrancadas. Enquanto faltam árvores, sobra angústia climática. "Meu sentimento é de angústia diante da possibilidade de a gestão pública não fazer um replantio adequado que reforce essa via como um corredor verde. Não conseguem enxergar nem a carga simbólica em pleno ano de COP30 em Belém? Isso, certamente, seria um marketing político muito melhor do que esse recurso enganoso que recebeu o nome de *ecoárvore*", afirma a moradora Angela Gemaque, que faz parte do coletivo.

FONTE: Sumaúma (2025)

A seguir, a narrativa busca vistoriar se a prefeitura garantiu essa ação. A Sumaúma solicitou um levantamento sobre a quantidade de árvores derrubadas e o número de árvores plantadas, verificando se a gestão atual tem cumprido o acordo determinado pela administração anterior. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, agente de função política, retornou a dúvida da Sumaúma, confirmando uma vistoria no local e reconhecendo que houve retirada excessiva; entretanto, ainda não havia cumprido os acordos e buscava realizá-los o quanto antes.

A reportagem abre, a partir desse ponto, a narrativa para uma investigação, reunindo todos os contextos e buscando realizar um serviço de verificação da realidade.

Figura 46 - Trecho da Secretaria de Meio Ambiente

Desde janeiro, o prefeito de Belém é Igor Normando, primo de segundo grau do governador do Pará, Helder Barbalho, ambos do MDB. SUMAÚMA questionou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) sobre o cumprimento do que fora acordado pela administração anterior, de Edmilson Rodrigues, do PSOL, e pediu um detalhamento do número de árvores derrubadas e do número de árvores plantadas na Avenida 25 de Setembro, como ainda é chamada na cidade. A Semma respondeu que realizou vistoria no local, constatou que de fato houve retirada excessiva de vegetação e está tomando providências para garantir o cumprimento das condicionantes.

FONTE: Sumaúma (2025)

A reportagem apresenta também uma contextualização técnica, por meio de um levantamento realizado por pesquisadores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que desde 2022 fornece serviços de vistorias e levantamentos florísticos dos bairros de Belém, utilizando diversas técnicas especializadas. O agente social, de função técnica, Candido Ferreira Neto, responsável pelo levantamento e pelo grupo da Biodiversidade, comenta que a cidade precisa de arborização. Sua fala evidencia a situação crítica do município e alerta para a urgência de medidas. Por meio desse contexto, a narrativa segue apresentando um padrão para que o leitor compreenda a gravidade do tema.

Figura 47 - Trecho Candido Ferreira

"No levantamento, a gente vê que Belém realmente necessita muito ainda de arborização. Muitas árvores têm que ser plantadas para que a gente comece a ter um melhor conforto térmico. Se isso não for feito de imediato, a gente vai ter consequências muito graves de temperatura", afirma o professor Cândido Ferreira Neto, que coordena o levantamento e o grupo Estudos da Biodiversidade em Plantas Superiores.

FONTE: Sumaúma (2025)

A narrativa da reportagem se encaminha para a conclusão da temática, chamando a atenção para quão longe essa atitude está da Amazônia, sendo uma afronta à história da floresta e também aos marcos globais. Nesse trecho, a Coalizão COP do Povo, agente social de função representativa, debate novamente a gravidade da situação e mostra como ela é um ataque direto à Amazônia, à população e à biodiversidade, tudo guiado por uma visão estética, mas distante da realidade ecológica.

Figura 48 - Trecho COP do Povo

A trágica ironia das *árvores fake*, captada pelo professor André Farias, da UFPA, é a solução artificial ser pensada como alternativa em uma cidade que precisa, e muito, de árvores reais. “Enquanto, de um lado, se perde arborização, áreas verdes pelas obras, de outro, se apresenta uma árvore daquela, que praticamente não tem função ecológica.” Em nota pública, a coalização [COP do Povo](#), formada por organizações de base, considerou que as *árvores fake* revelam uma desconexão com a [Amazônia](#) e uma afronta aos marcos globais de ação climática.

FONTE: Sumaúma (2025)

Após toda a narrativa apresentar de maneira crítica a situação, a matéria concluiu com os agentes de função política e popular. A Secretaria de Obras Públicas do Pará aparece na narrativa, desta vez alterando o nome do projeto e também respondendo às questões relacionadas ao local onde estão sendo montadas as estruturas, alegando que foi uma decisão pensada para criar sombras e não foi possível plantar árvores comuns. Nesse trecho, a reportagem abre espaço novamente para os órgãos públicos; quanto ao estado, segue apresentando que havia outras alternativas.

Figura 49 - Trecho 2 da Secretaria de Obras e Ida Martins

Em resposta enviada a SUMAÚMA, a Secretaria de Obras Públicas do Pará alterou o nome dado às estruturas: em vez de *ecodrvores*, passou a chamá-las de *jardins suspensos*. O órgão alega que a solução foi pensada para criar espaços de sombra porque a Doca não teria solo natural disponível, por ter sido urbanizada desde a década de 1970 como canal retificado, com calçadas de concreto, ruas de asfalto e pequenos espaços de canteiros. Informa ainda que a rede de drenagem no subsolo que corta a Doca não deixa profundidade de solo disponível. A Secretaria diz que a Nova Doca tem espaços para receber o plantio de 180 árvores naturais, algumas já plantadas. A nota não cita o Parque Linear da Tamandaré.

No Porto Tamandaré, Ida Martins, de 61 anos, tenta se preparar para o dia que tiver que deixar para trás sua casa e seu restaurante. A área Ribeirinha em que ela vive está perdendo espaço para o parque linear que está chegando. “Estivador, carpinteiro, calafeteiro, pintor. Tudo tem aí nessa beira, há anos que trabalham aí. Pra onde que vai esse pessoal?” Talvez dali, da várzea amazônica, pudessem vir as ideias para nos proteger das mudanças climáticas e deixar a capital da COP30 respirar.

FONTE: Sumaúma (2025)

A reportagem encerra apresentando a realidade dos trabalhadores do Porto Tamandaré, por meio da fala de Ida Martins, agente social de função representativa. Apesar de não estar associada a alguma comunidade ou instituição, ela expressa como a expansão desse jardim afeta as atividades das comunidades ribeirinhas, concluindo novamente que talvez nem tudo tenha sido solucionado da maneira adequada e que a visão política permanece distante da população.

Assim, a reportagem apresenta a temática de maneira clara e informativa, trazendo para o leitor o contexto por meio de diversas fontes de todos os setores sociais, incluindo especialistas, órgãos políticos e moradores locais. Num tom crítico, demonstra como as decisões do governo afetam diretamente a população e a natureza, evidenciando os discursos contraditórios sobre sustentabilidade das “árvores fakes”. A reportagem também aborda o aumento da temperatura na cidade e as dificuldades da população e questiona se houve a participação da população nas decisões, pois a expansão do parque traz prejuízo para os trabalhadores locais. Além disso, há a justificativa do governo e, por meio de um ritmo dinâmico, consegue conectar o debate atual sobre as mudanças climáticas e a espera da COP 30.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa iniciou a partir do interesse em analisar o Jornalismo praticado referente à COP 30, na plataforma Sumaúma, buscando compreender como as diferentes áreas deste campo se unem na cobertura do evento. A partir disso, elaboramos o seguinte problema da pesquisa: quais agentes sociais aparecem nas reportagens sobre a COP 30? E definimos como objetivo principal evidenciar o acionamento de fontes ou agentes sociais na estrutura das reportagens referentes à COP 30, observando detalhes característicos do gênero e da plataforma. Para isso, identificamos os agentes sociais presentes nas reportagens e as funções, compreendendo como a Sumaúma estrutura seus textos. Coletamos e organizamos o *corpus*, elaboramos o referencial teórico, trazendo os princípios e características do Jornalismo Especializado, Científico, Ambiental, Glocal, Independente e, para complementar a teoria, recorremos às referências para definirmos e classificarmos agentes sociais e reportagens. Para analisar o corpus, nos inspiramos na análise de conteúdo e analisamos quatro reportagens da plataforma Sumaúma.

Com a análise dessas reportagens, compreendemos como a plataforma apresenta a realidade da floresta e da população local, seguindo um padrão de Jornalismo Especializado e Ambiental, demonstrando compromisso com a diversidade de fontes e com a narrativa. Esse padrão é essencial para entendermos a dimensão da proposta editorial da plataforma, que valoriza a temática ambiental por meio de uma linguagem ao mesmo tempo científica e acessível, com diversos dados e pesquisas, contribuindo para o conhecimento público, como descrito por Wilson Bueno (2007).

Percebemos também o cuidado das reportagens em destacar o espaço geográfico e os impactos locais, valorizando cada território indígena e trazendo os princípios de Jornalismo local, como mencionado por Peruzzo (2005). A Sumaúma trabalha temáticas de interesse local que ganham relevância internacional. A característica da plataforma, focada em olhar para as questões territoriais da Amazônia, e neste momento da análise para a COP 30, adota uma abordagem detalhista, reunindo o Jornalismo Glocal, Independente e mantendo as características da reportagem. Trouxemos em detalhes na análise trecho em que identificamos os agentes sociais, suas categorias e funções, e as contribuições para a construção da narrativa e compreensão da temática.

Como resultados, observamos uma quantidade significativa de agentes sociais do grupo institucional, representantes das comunidades locais e das instituições, especialistas que comentam e analisam a temática a partir do seu conhecimento e atuação, e agentes

políticos que tratam de interesses públicos e políticos. Apesar dos temas serem diferentes, as quatro reportagens mantêm a linguagem informativa e didática com padrão de fontes, que debatem a COP 30 sob a perspectiva social, reforçando a importância de abrir espaço para as comunidades que defendem a Amazônia. Proposta que singulariza o Jornalismo produzido pela plataforma.

Entretanto, a plataforma apresenta pouca diversidade de agentes sociais. Os grupos foram repetitivos e algumas reportagens, apesar de destacarem diferentes abordagens sobre a mesma temática, apresentaram as mesmas fontes de outras. Essa estratégia, de repetição de fontes, pode ser arriscada para o Jornalismo e prejudicial para a visão do leitor, que pode querer ampliar suas perspectivas.

É possível destacar também que as reportagens analisadas possuem uma estrutura padrão, trazendo a introdução, contextualização e crítica, permitindo que o leitor compreenda as problemáticas decorrentes da crise climática, ampliando ao longo da narrativa a complexidade da temática e aprofundando a compreensão sobre as questões territoriais, num período relevante de organização para receber um dos maiores eventos de debate climático do mundo. Além disso, as reportagens incluem os discursos políticos, porém esses trechos evidenciam para o leitor que seus discursos estão distantes da realidade da população, da floresta e, muitas vezes, das comunidades indígenas. Esses discursos realmente defendem seus interesses ou interesses do grupo político, como mencionado por Schmitz (2011). Vale destacar ainda que as reportagens apresentam essa realidade, abrem espaço, mas não debatem a função representativa deles, se considerarmos o fato de que são autoridades representativas da população brasileira. A ausência de problematização enfraquece o tom crítico da narrativa, especialmente por se tratar de figuras de cargo político. Assim as reportagens apresentam a realidade, mas não tencionam de maneira incisiva.

Percebemos também que as reportagens conseguiram antecipar a dimensão que os povos originários teriam na COP 30, isso graças à convivência próxima e à forma como as narrativas foram contadas. Assim, a Sumaúma busca cumprir seus princípios com a população indígena e com a floresta, atuando em defesa da Amazônia e como porta-voz dessas comunidades. Essas características deveriam servir de referência para a mídia hegemônica, pois a população indígena e as questões relacionadas aos seus territórios são pouco ou nunca abordadas pela grande mídia do país. A plataforma deixa evidente a necessidade das discussões incluírem a população que é diretamente afetada. A pesquisa

demonstra ainda que a 30ª Conferência do Clima foi planejada e debatida com quase um ano de antecedência pelas comunidades que já reconheciam a relevância do evento ocorrer em território brasileiro e viam uma oportunidade de visibilidade e de demanda para suas questões, lutando pela participação no evento.

Para concluir, reconhecemos que nossa pesquisa apresenta certos limites, principalmente em relação ao período reduzido da seleção do *corpus*, só as reportagens publicadas entre 5 de dezembro de 2024 e 4 de abril de 2025, motivadas pelo tempo que temos para concluir o TCC. No entanto, o recorte temporal abre espaço para outros percursos de investigação, permitindo que futuras pesquisas ampliem o período de tempo, analisando as diferentes etapas da COP 30, principalmente comparando a cobertura feita pela plataforma de Jornalismo Sumaúma e a cobertura feita pela grande mídia brasileira e estrangeira.

A COP 30 foi encerrada no dia 22 de novembro de 2025, às vésperas da conclusão deste TCC, tendo pela primeira vez a maior participação dos povos originários e comunidades locais⁸, os quais marcaram presença e alcançaram resultados positivos como a demarcação de dez terras indígenas, anunciada pelo Governo brasileiro durante a realização do evento⁹. Entretanto, essa foi apenas uma vitória na batalha por proteção e respeito que deve continuar.

⁸ Ver mais em: [Forbes - COP30 Reúne 3 Mil Indígenas e Amplia Presença de Povos Tradicionais nas Negociações Climáticas](#)

⁹ Ver mais em: [Cop 30 - Governo do Brasil avança na demarcação de dez terras indígenas](#)

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. *Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2002. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19>. Acesso em: 6 abr. 2025.

BACCIN, Alciane Nolibos. *Como contar histórias? O hipertexto jornalístico na reportagem hipermídia*. 2017. 324 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/98215417/COMO_CONTAR_HIST%C3%93RIAS_O_hipertexto_jornal%C3%ADstico_na_reportagem_hiperm%C3%ADdia?auto=download. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *COP 30 no Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo ambiental: explorando além do conceito* [livro eletrônico]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CNN BRASIL. *Entenda o que é a Floresta Amazônica e por quais países se estende além do Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-o-que-e-a-floresta-amazonica-e-por-quais-paises-se-estende-alem-do-brasil/>. Acesso em: 21 maio 2025.

COP30. *COP30 Amazônia – Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ESTADÃO. *Fundo Amazônia e fim do desmate podem render R\$ 95 bi de créditos de carbono em dez anos*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/fundo-amazonia-e-fim-do-desmate-podem-render-r-95-bi-de-creditos-de-carbono-em-dez-anos/>. Acesso em: 23 out. 2025.

FORBES. *COP30 reúne 3 mil indígenas e amplia presença de povos tradicionais nas negociações climáticas*. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2025/11/cop30-reune-3-mil-indigenas-e-amplia-presenca-d-e-povos-tradicionais-nas-negociacoes-climaticas/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FRANCESCHINI, Felipe. *Notícia e reportagem: sutis diferenças*. Comum, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 144–155, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://pibidportuguesunespar.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/03/4-notc3adcia-e-reportagem-sut3ads-diferenc3a7as.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. *A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 415–430, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053/2352>. Acesso em: 26 abr. 2025.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; SANTOS, Marli dos; PORTO RENÓ, Denis. *Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo*. Revista Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 130, p. 223–242, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/160/16057395015.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

GUERREIRO NETO, Guilherme. *‘Árvores fake’ são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a COP30*. Sumaúma, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/en/arvores-fake-sao-a-nova-invencao-antiecolologica-do-governo-do-para-para-receber-a-cop30/>. Acesso em: 8 set. 2025.

GUERREIRO NETO, Guilherme. *COP30: o levante indígena que enfrenta Helder Barbalho*. Sumaúma, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/en/cop-30-o-levante-indigena-que-enfrenta-helder-barbalho/>. Acesso em: 8 set. 2025.

GUERREIRO NETO, Guilherme. *Diplomatas da Floresta lutam para conquistar um lugar no centro do debate*. Sumaúma, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/diplomatas-da-floresta-lutam-para-conquistar-um-lugar-no-centro-do-debate/>. Acesso em: 8 set. 2025.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. *O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos*. Interin: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Londrina, v. 22, n. 2, p. 154–172, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/169150>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MACHADO, Liliana J. M. *30 anos de reportagem político-social na imprensa escrita do Porto (1974-2004)*. Revista Comunicação, Inovação e Tecnologia, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1467/1264. Acesso em: 3 out. 2025.

MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis. *Curso general de redacción periodística*. Barcelona: Editorial Mitre, 1993. Disponível em: https://faculdade.fmpfase.edu.br/FileRepo/scholars/U67750/Curso-General_De_Redaccion-Periodistica-Jose-Luis_Martinez-Albertos-4.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo. *A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo*. São Paulo: Média, 1997. Disponível em:

<https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/07/elocio-a-razao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências*. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, ano 26, n. 43, p. 67–84, 1º sem. 2005. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b85f/f21fe1af68936a0333f96599b612f30edca5.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

REIG, Ramón (org.). *La dinámica periodística: perspectiva, contexto, métodos y técnicas*. Sevilla: Asociación Universitaria Comunicación y Cultura; Ladecom, 2010. Disponível em: <https://ladecom.org/wp-content/uploads/2017/07/Ambitos-10-compressed.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

SALAZAR HERRERA, Rosa Milagros. *Periodismo especializado: evolución y áreas de especialización (1996-1998)*. [S. l.]: [s. n.], 2003. Disponível em: <https://www.studocu.com/ca-es/document/universitat-autonoma-de-barcelona/periodismo-e-especializado/periodismo-especial/7162508>. Acesso em: 15 set. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação* [livro eletrônico]. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso et al. *Chega de Bardin! O círculo vicioso da análise de conteúdo brasileira*. SciELO Preprints, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12029>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: https://faculdadeparque.edu.br/ebooks/Fontes_noticias.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025 e 24 maio 2025.

SOARES, Filipe Norberto Ribeiro. *O conceito de glocal e as práticas jornalísticas em agências de notícias, correspondentes internacionais e portais regionais*. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, v. 4, n. 4, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/236>. Acesso em: 10 set. 2025.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. *O jornalismo especializado e a especialização periodística*. Estudos em Comunicação, n. 5, p. 115–133, maio 2009. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

VIVALDI, Martín. *Gêneros periodísticos: reportaje, crónica, artículo*. 5. ed. Madri: Editorial Paraninfo, 1993. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=55350>. Acesso em: 20 out. 2025.